



“ENCONTRO NACIONAL – 30 ANOS DO FNPETI”

**Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e
Proteção a Adolescentes no Trabalho - FNPETI**

Brasília, 05 e 06 de dezembro de 2024.

FNPETI 30 anos¹

Expediente FNPETI:

Alessandra Rocha – Assistente Administrativo

Ana Cláudia Castro – Assessora de Comunicação

Katerina Volcov- Secretária Executiva

Diretoria INPETI:

Maria Senharinha Ramalho – Presidenta

Marinalva Cardoso Dantas – Tesoureira

Carmelita de Oliveira Domingues - Secretária

Conselho Fiscal

Eliane Araque dos Santos

Marinalva Cardoso Dantas

Maria América Diniz Reis

¹ O presente material foi editado e revisado por Katerina Volcov.

Programação

05 de dezembro - 5ª Feira

09h às 12h - Sessão Especial na Câmara dos Deputados

Local: Plenário 9 - Adão Pretto, do Anexo II da Câmara dos Deputados.

Mesa I

- Deputada Érika Kokay (PT/DF) - Moderação
- Maria Cláudia Falcão – Representante da OIT/ Brasil
- Eliane Araque dos Santos – Subprocuradora-Geral do Trabalho/ MPT
- Antônio Lacerda Souto – Assessor de Educação do Campo/ CONTAG
- Luiz Felipe Brandão de Mello – Secretário de Inspeção do Trabalho/ MTE
- Katerina Volcov- Secretária Executiva/ FNPETI

Mesa II - Falas de abertura/ Instituições e homenagens

Falas de abertura/ Instituições

- Katerina Volcov (FNPETI) - Moderação
- Vivian Rossane - Rede de Adolescentes e Jovens/ FNPETI
- Antônio de Oliveira Lima - Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente do Ceará (FEPETICE)
- Anderson Silva - Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco (FEPETIPE)
- Marinalva Cardoso Dantas - Fórum Estadual de Combate ao Trabalho da Criança e Proteção ao Trabalhador Adolescente (FOCA-RN)
- Tiago Oliveira - Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT)
- Adriana Melônio - Tribunal Superior do Trabalho (TST)
- Patrícia Santana -Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA)

Homenageadas (os)

- Eliane Araque dos Santos– Ministério Público do Trabalho (MPT)
- Maria América Ungaretti Diniz Reis Fórum Estadual de Combate ao Trabalho infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (FEPETI/RJ)
- Denise Natalina Brambilla Gonzalez Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho do Adolescente do Rio Grande do Sul (FEPETI/RS)
- Secretaria de Inspeção do Trabalho / Ministério do Trabalho e Emprego (SIT/MTE)
- Fórum Estadual de Combate ao Trabalho da Criança e Proteção ao Trabalhador Adolescente (FOCA-RN)

12h30 - 14h - Almoço

14h - Boas-Vindas - 30 anos da FNPETI na Casa de Retiro Assunção

Fala de boas-vindas: Iremar Antônio Ferreira (Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental)

14h30 - Oficina “O papel dos Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil: Desafios e oportunidades”

16h00 - Intervalo

16h30 - Compartilhando Experiências: Relações Institucionais e Práticas Sociais

Apresentação das reflexões feitas em grupo

18h - 18h30 - Avaliações das atividades do 1º dia de encontro

06 de dezembro - 6ª Feira

8h - Abertura do 2º dia dos trabalhos - Intervenção Cultural da Rede de Adolescentes e Jovens do FNPETI

Participantes da Apresentação da Rede:

- Vivian Rossane (Rede de Adolescentes e Jovens/ FNPETI);
- Apolo Erlantz (Rede de Adolescentes e Jovens/ FNPETI);
- Andrey Felipe (Rede de Adolescentes e Jovens/ FNPETI);
- Lavínia Cavalcante (Rede de Jovens e adolescentes/ FNPETI).

8h30 - Paineis: “O que nos espera e o que podemos realizar em 2025”

Apresentações Institucionais:

- Roberto Padilha Guimarães -Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil/ CONAETI;
- Antônio Albuquerque Neto -Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome/ MDS;
- Luísa Carvalho Rodrigues – Ministério Público do Trabalho/ MPT;
- Paula Neves - Ministério do Trabalho e Emprego/ MTE;
- Anne Caroline Grudtner - Ministério da Saúde/ MS;
- Viviane Martins -Tribunal Superior do Trabalho/ TST.

10h – Intervalo

10h30 - Encaminhando o futuro: Planejamento 2025

12h30 – Almoço

14h - Boas Práticas em Articulação, Mobilização e Participação

- Aprendizagem de Participação – FEPETI- RS
- Protagonismo Infanto-Juvenil - Comitê de Participação – FEPETI-PB
- Regionalização e Interiorização – FETIPA-BA

15h - Mostra Boas Práticas dos Fóruns Estaduais e Distrital de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

16h – Intervalo

16h30 - Premiação

17h30 - Avaliação do Encontro Nacional

18h - Encerramento

Introdução

Em novembro de 2024, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção a Adolescentes no Trabalho (FNPETI) completou 30 anos de atuação no enfrentamento ao trabalho infantil no Brasil e, para celebrar essa trajetória, foi realizado nos dias 05 e 06 de dezembro, em Brasília, o **Encontro Nacional dos 30 anos do FNPETI**. Este relatório trata da memória do conjunto de ações deste evento que reuniu a membresia do FNPETI na capital federal.

Este relatório foi elaborado a partir da programação do evento que, por sua vez, foi aprovada por um grupo de trabalho composto por membros do FNPETI. Coube ao GT elaborar a agenda do Encontro, bem como o edital e as categorias da **1ª Mostra de Boas Práticas de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção a Adolescentes no Trabalho**.

Com plenário lotado, a abertura do Encontro Nacional de 30 anos do FNPETI aconteceu na quinta-feira, 05 de dezembro, pela manhã, com uma sessão especial na Câmara dos Deputados, realizada no plenário 9 - Adão Pretto, do Anexo II da Câmara dos Deputados. Na condução da sessão, o deputado Túlio Gadelha (Rede/PE), presidente da Frente Parlamentar Mista de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo da Aprendizagem foi substituído pela, também membro da Comissão, deputada federal Erika Kokay (PT/DF).

A mesa de abertura do encontro foi formada por representantes do Poder Legislativo, Executivo, Judiciário e da sociedade civil organizada. A deputada federal Erika Kokay presidiu a sessão de abertura do encontro. Em sua fala inicial, a deputada destacou a grande participação de pessoas que têm compromisso com a vida, com a infância e com a liberdade que constroem o FNPETI.

“E veja, nós não queremos as crianças nem no tráfico, no crime, nem no trabalho. Nós queremos as crianças na escola, exercendo a sua ludicidade, com potencialidade para desenvolver todas as inteligências que nós temos, carregamos a inteligência corpórea, emotiva, emocional”.

Deputada Federal Erika Kokay

Fizeram uso da palavra a representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Maria Cláudia Falcão, a subprocuradora-Geral do Trabalho, Eliane Araque dos Santos, o representante do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o secretário de inspeção do trabalho, Luiz Felipe Brandão de Mello, para representar a CONTAG, o assessor de Educação do Campo, Antônio Lacerda Souto e, completando a mesa, a secretária executiva do Fórum Nacional, Katerina Volcov.

Em sua fala, a representante da OIT, Maria Cláudia Falcão, lembrou das três décadas de história de luta em defesa das crianças e dos adolescentes no Brasil e destacou a satisfação em estar compondo a abertura do encontro. Lembrou que o Brasil, em 1992, foi um dos primeiros países a integrar a iniciativa global contra o trabalho infantil, com a criação do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil e do Trabalho Forçado (IPEC), em 1991. Dois anos após a instalação do IPEC, em outubro de 1994, nasce o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). Ela recordou, especialmente, a parceria entre a OIT e o Fórum Nacional na realização da Caravana Nacional em 2004 e na elaboração da Conferência Global.

A representante da OIT destacou que o Fórum foi criado para ser um espaço democrático de diálogo, de mobilização e de controle social, materializado na própria construção do encontro, que conseguiu reunir diversos atores na luta pelo fim do trabalho infantil.

“Quando o Fórum foi instalado em 1994, o Brasil tinha mais de 8 milhões de crianças em situação de trabalho infantil. Durante esses 30 anos, quase 7 milhões de crianças foram retiradas do trabalho infantil. Para tanto, a atuação dos fóruns estaduais, onde a capilarização de toda essa política, desse controle, dessa mobilização, é o diferencial para esses resultados”.

Maria Cláudia Falcão

Para a subprocuradora-geral do Trabalho (MPT), Eliane Araque, a luta contra o trabalho infantil é uma luta que se trava nas piores formas de trabalho infantil que ainda persistem em pequenas comunidades, povos originários, quilombolas, indígenas, que têm uma realidade muito própria e que permanecem, ainda, sem reconhecimento da sua cultura, da sua importância e a necessidade de eliminação da sua vulnerabilidade e riscos que ainda continuam. Eliane destacou os 30 anos do FNPETI por sua história de luta pela erradicação do trabalho de crianças e adolescentes, sendo uma entidade mais do que representativa.

O Fórum esteve presente e capitaneou várias lutas, entre elas: A discussão das piores formas de trabalho infantil, a necessidade da erradicação das convenções 182 e 138, a questão da defesa do aumento da idade limite para o trabalho que veio com a emenda constitucional de 2000 e, também, as discussões como a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), com destaque para a presença do Ministério Público, desde sempre nessa luta. A subprocuradora ressaltou a presença de protagonistas jovens que têm voz no Fórum, usando sua voz como ferramenta para lutar por seus direitos.

“Hoje é uma realidade, os adolescentes terem voz, estão no Fórum, trazendo a sua voz e falando dos seus direitos, mas dos seus desejos, o que eles querem para si, como é a efetivação desses direitos”.

Eliane Araque dos Santos

Antônio Lacerda Souto, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), ressaltou ser muito importante o momento de celebração para a luta em defesa da democracia, do estado democrático de direito. Ele detalhou a participação da CONTAG nos dois espaços fundamentais para a garantia dos direitos das crianças e dos jovens: 1) No Conselho Nacional de Direitos das Crianças (CONANDA) e no 2) Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). Contudo, reconheceu a agricultura familiar como um grande desafio para a CONTAG na luta pela erradicação do trabalho infantil.

Para Antônio, sem política pública de inclusão social no campo, sem renda do campo, sem inclusão produtiva, sobretudo daqueles que, historicamente, foram excluídos, dificilmente será possível erradicar o trabalho infantil no Brasil. Ele destacou a importância de uma ampla sensibilização das famílias. Sobretudo, dos pais e das mães, porque para as famílias para o filho poder aprender é necessário trabalhar. A sensibilização ajudaria na compreensão de que para a criança aprender, não é preciso trabalhar.

“Porque as pessoas têm o direito de estudar no lugar onde elas estão, no lugar onde elas nascem, com suas raízes, com sua cultura e com suas tradições. Um grande desafio hoje no Brasil é que cerca de 4 mil escolas no campo são fechadas por ano, para dar lugar a um transporte escolar de péssima qualidade, tirando as crianças do seu território e levando para a cidade. Isso tira delas o direito de estudar onde estão suas raízes, suas culturas e seus modos de vida”.

Antônio Lacerda Souto

O secretário de inspeção do trabalho (MTE), Luiz Felipe Brandão de Mello, destacou a presença do Ministério do Trabalho desde o primeiro momento nos fóruns estaduais, que são fundamentais para a erradicação do trabalho infantil na ponta. Luiz Felipe fez um resgate da história do trabalho infantil no Rio Grande do Sul, onde o combate ao trabalho infantil no Estado se dava, essencialmente, na indústria de calçados. Os grandes ateliês repassavam o maquinário velho para os ateliês familiares que utilizavam a mão-de-obra infantil. Nos últimos 20 anos, cerca de 140 mil crianças e adolescentes foram retirados dessa forma de trabalho, 4.500 somente nos últimos dois anos. Ele ressaltou que não existe combate ao trabalho infantil com uma única instituição. E destacou a importância da educação de jovens como alternativa ao trabalho.

Em sua fala, Katerina Volcov explicou que o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) é composto pelas pessoas que fazem o trabalho em rede com comprometimento imenso. Ela reconheceu a importância das pessoas que a antecederam, Vicente de Paula da Silva (*in memoriam*), Soleny Hamú e Isa Maria de Oliveira.

“Se ele (FNPETI) existe hoje, como ele existe, é muito por conta do trabalho de cada uma dessas pessoas”.

Katerina Volcov

Segundo ela, na realidade, o desejo é que o fórum não precise existir em consequência da erradicação do trabalho infantil. Katerina afirmou que esse é o objetivo maior do Fórum. Contudo, hoje, novas modalidades de trabalho se tornaram desafios, como o trabalho infantil presente na Internet. Hoje, youtubers e influencers mirins ou crianças e adolescentes sendo esportistas de jogos eletrônicos com possibilidade de ganho são uma realidade cada vez mais presentes nas redes sociais digitais, o que faz com que o FNPETI ainda precise resistir e continuar seu trabalho.

Por fim, Katerina Volcov mencionou que o encontro também foi um momento de homenagem a todas as pessoas que fizeram parte da história de luta diária pelo fim do trabalho infantil. Aproveitou para agradecer a cada um(a) dos (as) presentes, uma vez que sem todas essas pessoas, não seria possível realizar a incidência, a sensibilização e a produção de conhecimento que o FNPETI produz.

A deputada Érika Kokay finalizou a mesa de abertura, passando o encaminhamento para o segundo momento da sessão para Katerina Volcov, que mediu o momento das falas institucionais.

“Nós somos os que vieram antes de nós, e somos, também, os que ainda vão chegar, querendo que os que ainda vão chegar não tenham que vivenciar nenhuma situação de trabalho que precisa, inclusive, de ser identificada”.

Deputada Érika Kokay

Depoimentos de membros do FNPETI presentes na Sessão Especial

A segunda mesa da Sessão Especial na Câmara dos Deputados foi moderada por Katerina Volcov (FNPETI), que abriu a palavra para algumas representações, observando que haveria ainda o momento de homenagens a instituições e pessoas que se destacaram por sua trajetória e comprometimento na luta contra o trabalho infantil.

- **Rede de Adolescentes e Jovens do FNPETI**

A Rede de Adolescentes e Jovens do FNPETI foi representada por Vivian Rossane, que destacou ser parte de uma rede que, mesmo pequena, resiste na luta pela erradicação do trabalho infantil. Ela reverenciou a memória e a trajetória de pessoas como Isa Oliveira, Tânia Dornellas e agradeceu ao apoio que a rede recebe de Katerina Volcov, cujos ensinamentos são um diferencial para a Rede de Adolescentes e Jovens do FNPETI. Vivian Rossane estava acompanhada dos jovens Andrey Felipe, Apolo Erlantz e Lavínia Cavalcante. Para ela, é importante que mais jovens possam estar presentes em espaços como no Encontro Nacional do FNPETI.

“Por vozes, por meninos e meninas, e para que esse plenário um dia esteja repleto de juventude”.

Vivian Rossane

Agradecendo a Vivian por suas colocações, a mediadora, Katerina Volcov, fez o registro da presença de representantes do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho (SINAIT) e passou a palavra para Antônio de Oliveira Lima, do FEPETICE, que foi sucedido por Anderson Silva, do FEPETIPE, Marinalva Cardoso Dantas, do Instituto Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, Proteção e Aprendizagem do Adolescente Trabalhador (INFOCA) do Rio Grande do Norte. Para cada um dos representantes das instituições, foram reservados três minutos de fala.

- **Fórum Estadual pela Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente do Ceará – FEPETI-CE**

O representante do FEPETI-CE, Antônio de Oliveira Lima, destacou que alguns fóruns como o Fórum Estadual do Rio Grande do Norte, foram criados antes do Fórum Nacional. Ele destacou que, em 2015, um adolescente de 14 anos chamado Felipe Caetano, o procurou no Ceará para que fosse dado início à luta pelo protagonismo de jovens contra o trabalho infantil. Na ocasião, foi criado um comitê estadual que foi o embrião para um comitê nacional, do qual Vivian Rossane (Rede de Adolescentes e Jovens do FNPETI) também fez parte. Em 2019, surge a Rede Adolescentes e Jovens do FNPETI.

Para Antônio, cada resgate histórico dessa participação de protagonistas dos adolescentes, iniciada em 2016, no Ceará, depois em todo o Brasil, em 2017, é parte da importância da educação nessa luta. Destacou que o papel da escola é fundamental, mesmo que 87% das crianças e adolescentes em situação de trabalho estejam frequentando a escola, o risco de evasão escolar é quatro vezes maior neste grupo.

“Não dá para proteger (as crianças e adolescentes) sem conhecer. Não dá para atender sem identificar”.

Antônio de Oliveira Lima

- **Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil de Pernambuco - FEPETIPE**

Anderson Silva destacou a honra de estar representando o Fórum de Pernambuco, que nasceu em outubro de 1994 e completa 30 anos. Historiador de formação, representa a Universidade Federal de Pernambuco no FEPETIPE e, por ser historiador, reconhece a importância da preservação da história do nosso Fórum porque sem história não seríamos nada.

“E a história não é uma reflexão só do passado, é uma reflexão do passado a partir das demandas do presente”.

Anderson Silva

- **Instituto Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, Proteção e Aprendizagem do Adolescente Trabalhador (INFOCA- RN)**

Marinalva Dantas lembrou que o fórum potiguar conseguiu erradicar alguns tipos de trabalho infantil no Rio Grande do Norte como: os gazeteiros, crianças que ficavam nos canteiros, durante a madrugada, vendendo jornais; os pescadores de lagosta, que se tornaram pessoas com deficiência ao perderem o movimento das pernas pelo trabalho nas salinas. Além disso, mencionou que, em 1994, conseguiram que o programa radiofônico “A Voz do Brasil” transmitisse, todas as noites, notícias do treinamento que era feito com auditores fiscais do trabalho como foco na recuperação da infância de crianças trabalhadoras.

“Em 1994, na criação do Fórum Nacional, foi apresentada pelo INFOCA, aqui em Brasília, a primeira boa prática de enfrentamento ao trabalho infantil”.

Marinalva Cardoso Dantas

- **Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT).**

Como representante da ANPT, Tiago Oliveira, diretor de assuntos legislativos da associação, iniciou sua breve fala com um reconhecimento institucional ao trabalho árduo das duas coordenadoras nacionais, a atual, Luísa Rodrigues, e da subprocuradora-geral do

trabalho, Eliane Araque, uma referência na luta, registrando o compromisso ético, institucional e humano de todos os procuradores e procuradoras do trabalho no combate ao trabalho infantil e na promoção do trabalho protegido do adolescente. Além disso, pediu uma atenção às e aos adolescentes trans devido à ausência de um olhar especial no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Constituição Federal de 1988 para esse grupo de crianças e adolescentes. Pediu, por essa razão, no âmbito do FNPETI, que se tenha essa preocupação na qualificação desse público a fim de evitar a transfobia nesses (as) adolescentes trabalhadores (as) do Brasil.

“Se faz necessária uma especial sensibilidade para a profissionalização de adolescentes trans, uma vez que o Brasil, pelo 15o ano, é o país que mais mata pessoas travestis.”

Tiago Oliveira

Em resposta ao pedido de atenção especial para a profissionalização de adolescentes trans feito pelo representante da ANPT, Katerina Volcov informou que a situação será tema da assembleia do Fórum Nacional em 2025 e passou a palavra à Adriana Melônio, representando o TST e, na sequência, para Patrícia Santanna, da ANAMATRA.

- **Tribunal Superior do Trabalho (TST)**

A juíza auxiliar Adriana Melônio ressaltou a importância da existência da parceria entre o TST e o FNPETI desde 2013, mostrando que, ao longo desses anos, o TST tem promovido campanhas nacionais de conscientização, como as campanhas de 18 de maio e 12 de junho, a campanha contra o Trabalho Infantil no Desfile do Carnaval, parceria com o MPT e a OIT, além da organização do Seminário Internacional do Trabalho Decente, que resultou na Carta Política do Trabalho Decente em 2023. Em resposta a esses desafios, foram intensificadas as ações do TST, realizando mutirões de julgamentos de processos relacionados ao trabalho infantil e à aprendizagem profissional, e a distribuição de materiais informativos e participação de audiências na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados.

“O Brasil enfrenta desafios significativos como o aumento de 21% do trabalho infantil entre crianças de 5 a 9 anos, de 2016 a 2022”.

Adriana Melônio

- **Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA)**

A diretora de Cidadania e Direitos Humanos da ANAMATRA, Patrícia Santanna, exaltou os 48 anos de história da Associação, completados em 2024, destacando sua atuação no combate à erradicação do trabalho infantil, à erradicação do trabalho escravo e a luta pela política do trabalho decente. Portanto, a ANAMATRA está presente ao **Encontro 30 anos do FNPETI** na condição de entidade da sociedade civil cumprindo a sua missão estatutária de combate ao trabalho infantil.

“A ANAMATRA deverá atuar na defesa dos interesses da sociedade, em especial, pela valorização do trabalho humano, pelo respeito à cidadania e pela implementação da justiça social, pugnando pela preservação da moralidade pública, da dignidade da pessoa humana, da independência dos poderes e dos princípios democráticos”.

Patrícia Santanna

Homenagens

Katerina Volcov finalizou o momento das falas com o registro da presença de Luiz Gonzaga, que foi um dos fundadores do FNPETI, da Auditora Fiscal do Trabalho, Margarida Munguba, uma parceira fundamental da luta contra o trabalho infantil, a presença do Desembargador João Batista Martins César, que tem sido um parceiro bastante atuante junto ao Fórum.

Para evitar atraso na programação, Katerina Volcov abreviou o momento das falas dos representantes das instituições, reconhecendo os combinados anteriores. Porém, a fim de manter a programação da agenda da tarde, agradeceu a todos(as) pela compreensão, comprometendo-se a abrir espaço para as falas das demais instituições ao longo do Encontro Nacional.

Para começar os trabalhos de homenagens, convidou Luísa Carvalho Rodrigues, coordenadora nacional da Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (Coordinfância/ MPT), e Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos, ex-coordenadora nacional da Coordinfância/ MPT, para a entrega da homenagem à subprocuradora-geral do Trabalho, Eliane Araque, primeira coordenadora da Coordinfância/ MPT e uma das fundadoras do FNPETI, com história e trajetória profissional comprometidas com a erradicação do trabalho infantil no Brasil.

A dinâmica das homenagens foi feita para que a recém-homenageada pudesse entregar a homenagem para a próxima pessoa e/ ou instituição. Sendo assim, Eliane Araque fez a entrega da homenagem à Maria América Ungaretti Diniz Reis (FEPETI/RJ), que esteve presente desde os primeiros momentos do Fórum Nacional e foi uma trabalhadora incansável do Unicef, como sempre menciona.

O momento foi de extrema emoção para todas e todos os presentes! Maria América Ungaretti Diniz Reis, por sua vez, entregou a homenagem à Denise Natalina Brambilla Gonzalez, coordenadora do FEPETI-RS e auditora fiscal do trabalho incansável no RS, que introduziu no estado a aprendizagem profissional rural por meio das Escolas Famílias Agrícolas.

Para a penúltima homenagem, Denise entregou o quadro ao Fórum Estadual de Combate ao Trabalho da Criança e Proteção ao Trabalhador Adolescente (FOCA/RN), representado por Marinalva Dantas e Francisco Santiago Júnior. O FOCA-RN foi o primeiro fórum focado na prevenção e erradicação do trabalho infantil no país.

Por fim e não menos importante, Katerina Volcov convidou todas/os os/as auditoras/es fiscais do trabalho presentes, pois a homenagem era para a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT/MTE) e para todo o trabalho das e dos auditores fiscais do trabalho que, diariamente, atuam no enfrentamento ao trabalho infantil. Estiveram presentes nesse momento para o recebimento da homenagem: Bob Machado, Margarida Munguba, Marinalva Dantas, Paula Pereira, Roberto Padilha, Rosa Maria Campos Jorge e Virna Soraya Damasceno, entre outros.

Parabenizando a todos, foi feito o encerramento da etapa na Câmara dos Deputados e a Secretária Executiva do FNPETI informou que os trabalhos seriam retomados às 14h, na Casa de Retiro Assunção, com a presença de todas as pessoas e instituições que foram inscritas no encontro.

Encerrou-se a primeira parte da programação, com o desejo de que o nosso trabalho – de todas as pessoas que trabalham com a temática - possam beneficiar o maior número de crianças e adolescentes possível.

Boas-vindas - 30 anos da FNPETI na Casa de Retiro Assunção

Durante a abertura dos trabalhos da tarde, e agradecendo a presença de todas (os), Katerina Volcov enumerou os principais objetivos do encontro: pensar, compartilhar e criar estratégias para o enfrentamento do trabalho infantil em 2025. Ela destacou a importância da

pontualidade dos trabalhos devido aos horários de funcionamento da Casa de Retiros Assunção, onde aconteceu o encontro.

Pontuou ainda a presença da equipe do FNPETI, que estava uniformizada para que todos pudessem ter uma referência para qualquer dúvida e/ou problema no encontro. Também informou que haviam sido colocados cartazes, reforçando estarem em um ambiente livre de racismo, de assédio e de qualquer violação de direitos.

Foi ressaltado que o encontro é um momento de planejamento das ações conjuntas para 2025, lembrando que todas as iniciativas e todas as atividades propostas, foram avaliadas pelo grupo de trabalho que fez o planejamento do **Encontro Nacional de 30 anos do FNPETI**.

Abertura dos Trabalhos

Para a abertura do Encontro Nacional, Iremar Antônio Ferreira, do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, iniciou sua fala agradecendo a acolhida no encontro dos 30 anos do FNPETI e contou como foi seu encontro com Katerina Volcov ao final do G20 Social, ainda no aeroporto do Rio de Janeiro, quando voltavam para Brasília. Dessa conversa surgiu a confluência e o convite para a fala de abertura dos trabalhos no evento.

O ambientalista vive na Amazônia, mas não nasceu lá. Aos 16 anos, migrou para o Pará. Sua vivência na região de fronteira com a Bolívia teve uma importância enorme para a forma como ele vê a vida. Desse olhar, dessa vivência, desse pé no barranco, pé na água, é de onde ele veio dialogar com os participantes do **Encontro Nacional de 30 anos do FNPETI**.

Iremar destacou a situação atual da bacia do Tapajós, confirmando as notícias da imprensa de que o rio está seco, a floresta arde em chamas e a fumaça toma os corpos. Refletiu que não há como falar deste território sem falar de direitos, sem falar das crianças, de adolescentes e da infância. Não há como prosseguir sem mencionar esse contexto e não trazer a situação da vivência das pessoas idosas, do transporte, do modo de produção, do modo de vida. Porque estão todos conectados, há uma interligação de todos esses desafios e a procura de caminhos para tentar reduzir aquilo que é possível minimizar e tentar, com o poder público e a sociedade civil, a partir dos comitês, formas de fazer o caminho juntos.

Com uma trajetória de 18 anos à frente do Instituto Madeira Viva, há 15 anos Iremar faz parte do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental. Nesse sentido, o ambientalista fez um relato de descobertas divulgadas nas últimas Conferências das Partes (COP) da Organização das Nações Unidas (ONU). Ele contou que esteve na COP 16 em Cali

(Colômbia) e, há poucos dias, foi realizada a COP 29 em Baku (Azerbaijão). Estudos do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), feitos anualmente sobre as mudanças climáticas, apontam que a humanidade caminha para o inferno climático. As informações foram repassadas pelo secretário-geral da ONU, António Guterres.

Devido à rapidez com que as transformações no ambiente têm ocorrido, a base de análise das mudanças climáticas, não está conseguindo seguir a chamada linearidade das análises, comprovando que as bases de análise científica mudaram e por isso os cientistas, como o professor Carlos Nobre, dizem que tudo está “bagunçado”. Os cientistas não estão mais conseguindo fazer projeções precisas. Em 2024, a meta que havia sido projetada para 2030 já não se sustenta. E isso reverbera no território do rio Madeira, por exemplo, fazendo perceber que os desafios são cada vez maiores para a defesa de direitos.

A gravidade da situação climática este ano fez com que, por pressão da sociedade civil, inclusive com a presença de procuradores do Ministério Público do Trabalho na região, fosse feita uma campanha para arrecadar dinheiro para comprar água e para fazer chegar até as famílias essas doações. Por esta razão, crianças e adolescentes estão perdendo direitos fundamentais que as possibilitem de ter uma infância sadia e plena de direitos.

‘Há um conjunto de violações dos direitos oriundos da mudança climática, mas de quem é a culpa de arrancar a floresta até a beira do Rio Madeira ou na beira do Tapajós? E de colocar veneno na soja? Há um conjunto de elementos que violam direitos em cadeia. Esse é o desafio de quem está na ponta, como os membros do FNPETI’.

Iremar Antonio Ferreira

Ao agradecer a colaboração didática de Iremar Ferreira, Katerina Volcov destacou a importância do entendimento de como acontece a catástrofe climática em uma comunidade como a do rio Madeira, porque isso acontece em toda a Região Norte e se percebe que essa situação tem reverberado, inclusive, no Rio Grande do Sul. Situações extremas de enchentes em alguns lugares, seca em outros, tempestades em outros, deixando centenas de pessoas desabrigadas, têm sido uma realidade cada vez mais constante no mundo inteiro. São milhares de pessoas em situação bastante desfavorável, perdendo tudo o que construíram em suas vidas, além de mortes!

Para Katerina, o FNPETI deverá se debruçar nas mudanças climáticas porque elas podem incidir diretamente nos direitos de crianças e adolescentes quando elas deixam de ir à escola, por exemplo, por causa de deslizamentos, grandes secas ou inundações. Ela acredita ser um tema, ainda, muito tímido nas discussões dos fóruns estaduais, não de todos, visto que o Fórum do Rio Grande do Sul se mobilizou bastante nas inundações de 2023 e

2024. Destacou a importância de estarmos atentas (os) por que motivos para não ir à escola podem ser brechas para o trabalho infantil.

Neste momento, Katerina Volcov convidou as e os presentes a encaminharem perguntas para o convidado sobre sua fala de abertura.

O participante Santiago Júnior (FOCA/RN) pediu a palavra para dividir com Iremar e com as demais pessoas uma preocupação com o tema. Representando o Fórum Estadual Rio Grande do Norte e residente em Caicó, na região do Seridó, região semiárida do Brasil, ele comentou que, estudos apontam que essa região será árida em alguns anos. A convivência com a seca é uma preocupação constante dos moradores da região. Ele contou que viu em uma reportagem que um relatório lançado em Riad (Árabia Saudita) dizia que, de 2025 a 2030, para combater a degradação das terras e a desertificação, o mundo precisa de um bilhão de dólares por dia. Sua preocupação: Quem vai ser o mais afetado nesse processo: Indígenas, agricultura familiar, jovens e mulheres? Então, destacou ele, as mudanças climáticas dizem respeito a nós. Seguiu afirmando que sua região já vive a desertificação, uma vez que o reservatório de sua cidade não “sangra” há 12 anos, ou seja, há 12 anos não chove o suficiente para abastecer a cidade e os outros mais de 160 municípios do Rio Grande do Norte. Sua preocupação é com as novas gerações, meninos e meninas de hoje que vão conviver com esse inferno climático que Iremar trouxe em sua fala.

Por sua vez, o palestrante conectou a preocupação trazida por Santiago com a expansão das chamadas energias renováveis no Brasil e os aerogeradores do RN, pedindo a todos que fizessem um exercício de imaginação da situação de uma criança, um bebê ou uma família que tem no quintal de sua casa uma turbina de avião ligada 24 horas. Esta é a situação de ausência de direitos em que vivem famílias inteiras com problemas depressivos e com doenças até de coração, tamanho é o nervosismo que isso provoca no corpo e mente das pessoas: do bebê ao mais idoso, incluindo os animais. Esse é um ponto de preocupação importante que vem da região onde vive Santiago. Preocupações dessa natureza estão presentes na privatização da água para gerar energia, deixando rios, como o Madeira, secos para gerar água para as turbinas, deixando jovens e crianças sem poderem usar os rios para chegar à escola.

O ambientalista finalizou sua participação reafirmando a necessidade de que as reflexões levantadas devem ser levadas para os conselhos e para os fóruns para ampliar o olhar sobre os problemas relativos às mudanças climáticas e agradeceu a oportunidade de fazer parte do encontro.

Katerina Volcov agradeceu a participação de Iremar Ferreira, aproveitando a “deixa” do ambientalista sobre as preocupações com as mudanças climáticas, sugerindo que os presentes entrassem em contato com o Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça

Socioambiental para articularem juntas (os), pensarem coletivamente novos caminhos, novas possibilidades, novas estratégias, para fazer o enfrentamento às mudanças climáticas e ao trabalho infantil que acontece também por conta dos infernos climáticos nessas várias regiões.

Iremar colocou-se à disposição para aqueles que queiram se aprofundar em tudo que foi abordado nesse momento de boas-vindas. E, como educador popular, encerrou sua participação com a estrofe de uma música usada com suas turmas:

“Não se pode esperar 2030 para promover a transformação.

É aprender com os povos originários.

É florestar mentes. É revolução”.

Repete 1x.

“Florestar mentes é revolução”.

Iremar Antônio Ferreira

Oficina “O papel dos Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil: Desafios e Oportunidades”

Após o momento de boas-vindas, deu-se início a oficina: “O papel dos Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil: Desafios e oportunidades”. Para o desenvolvimento da atividade, foram criados oito grupos com cerca de cinco a sete participantes cada, com o objetivo de que as pessoas pudessem aproveitar o momento para integração e troca de experiências entre os diferentes fóruns estaduais. Cada grupo teve 1h30 para refletir sobre cinco questões norteadoras distribuídas no começo da atividade.

Foram distribuídos papéis, canetinhas e as filipetas para as respostas. A sugestão da Secretária Executiva foi que cada integrante do grupo lesse novamente as perguntas e respondesse individualmente para posterior compartilhamento entre as e os membros do grupo. Foi sugerido também que fosse definida uma pessoa para o controle dos tempos no compartilhamento das informações junto ao grupo.

O objetivo é que cada representante presente ou membro do FNPETI responda às perguntas, compartilhe com os demais integrantes do grupo e, ao final, em coletivo, fossem organizadas as respostas do grupo para apresentação após o intervalo do café.

Perguntas norteadoras:

1. No atual contexto socioeconômico e político, quais são os principais desafios do Fórum Estadual/ Distrital de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil de seu Estado?
2. Como a instituição a qual representa e o Fórum Estadual/ Distrital se articulam com os órgãos do Sistema de Garantias de Direitos (Sistema de Justiça, Ministério Público, Conselho Tutelares etc.)?
3. Há crianças, adolescentes e jovens participando do Fórum Estadual/ Distrital? Qual é o papel delas nas decisões no Fórum Estadual/ Distrital? Como é essa participação: Quando ela acontece?
4. Há coordenação colegiada em seu Fórum Estadual/ Distrital? Quais são as estratégias para a participação ativa dos membros do Fórum Estadual/ Distrital? Como acontece o processo de sucessão de coordenação?
5. O que é necessário para que um Fórum Estadual/ Distrital se mantenha ativo no enfrentamento ao trabalho infantil no Estado?

Compartilhando Experiências: Relações Institucionais e Práticas Sociais**Apresentação das reflexões feitas em grupo****Grupo 1**

Rita Lemos - FEPETI/ PI - relatora

Hélio Franco- FEPETI- PA

Santiago Júnior - FOCA-RN

Marcos Japi - FEPETI-MA

Cinara Martins - FEPETI-MA

Manuela Nely da Silva - SESSDH

Síntese das respostas do grupo 1

Como principais desafios encontrados nos estados, o grupo apontou a falta de participação efetiva dos municípios nos fóruns estaduais e a grande dificuldade de engajamento ante a naturalização do trabalho infantil. A articulação é feita com reuniões periódicas com pauta e encaminhamentos das recomendações e monitoramento. Quanto à

participação, o representante do Fórum do Maranhão afirma não existir no estado. Nos demais, mecanismos de participação estão sendo implementados.

A participação dos jovens está presente nos fóruns que faziam parte do grupo 1, com direito à vez e voz em todas as reuniões. A coordenação dos trabalhos acontece, essencialmente, via grupos de WhatsApp, com articulação contínua e sucessão a cada dois anos, seguindo as regras dos regimentos internos de cada fórum. Para melhorar o enfrentamento ao trabalho infantil nos estados, o grupo acredita ser importante dar visibilidade à realidade com dados consistentes e a realização de um trabalho de forma permanente e intersetorial.

Grupo 2

Mariroze Vilanova -FNPETI - SE - relatora

Ravena Carmo - MDS

Graça Gadelha - INPETI

Ilana Patrícia - CEREST - AP

Denise Natalina Brambilla Gonzalez – FEPETI- RS

Luiz Gonzaga Araújo - Fundador FNPETI -Voluntário

Lais Brito – FETIPA- AL

Síntese das respostas do grupo 2

Os principais desafios para o grupo são: a retomada das ações depois do retrocesso do governo federal anterior; a possibilidade de ter mais encontros presenciais; a retomada dos coletivos intersetoriais e da dimensão da rede; a mobilização dos movimentos sociais trazendo a educação para o debate e a mobilização como um todo. Para o grupo, hoje, existe mais comunicação do que articulação, sendo um ponto a ser aprimorado. Quanto à participação de crianças/adolescentes, esta acontece eventualmente. As estratégias para a participação ativa dos membros do Fórum Estadual são realizadas através do calendário pré-estabelecido e o processo de sucessão ocorre conforme o estatuto/ regimento interno.

O enfrentamento ao trabalho infantil nos Estados é feito por meio da reativação da mobilização presencial e o compromisso das instituições, com fins a mobilizar o movimento social, reforçando o debate com outros envolvidos e por meio das estratégias de comunicação para alcançar principalmente os jovens.

Grupo 3

Vivian Rossane -Rede de Adolescentes e Jovens do FNPETI - relatora

Maria Senharinha Ramalho – INPETI e FEPETI - PB

Marinalva Cardoso Dantas – FOCA-RN

Maria América Diniz Reis – INPETI e FEPETI-RJ

João Batista - TRT 15

Diony Maria - MDHC

Síntese das respostas do grupo 3

Para o grupo 3, os principais desafios são: a ausência de políticas públicas; a não existência de uma comissão para revisar o plano e/ ou a ausência de um plano de combate ao trabalho infantil, sobretudo no estado do Rio Grande do Norte, como relatado por Marinalva Cardoso Dantas. Quanto à articulação, os representantes da Paraíba e do Rio Grande do Norte afirmam não haver articulação com o Tribunal de Justiça (TJ) e Ministério Público (MP) de seus estados. Em São Paulo, não há articulação. Referente ao MPT, foi apontado que os fóruns fazem essa articulação com o órgão.

Quanto à participação de crianças/ adolescentes: Há participação através do Conselho Estadual (RJ), no Fórum Estadual (PB e RJ) apenas por meio de sua presença e voz e no Rio Grande do Norte alguns participam das reuniões do fórum. Há coordenação com eleição a cada dois anos. O enfrentamento ao trabalho infantil nos Estados acontece por meio de reuniões e em ações de engajamento da sociedade. O grupo vê a necessidade de elaboração de estudos aprofundados sobre as formas do trabalho infantil nos territórios e a comunicação permanente na mídia.

Grupo 4

Denise Pereira dos Santos – UFPB e FEPETI-PB - relatora

Jéssica de Freitas Firmino - FEPETI- MS

Aline Doral Stefani Fagundes - TRT 4ª Região - RS

Sarah Riller Yared da Silva – FEPETI-RR

Mônica Lourenço Pinto de Araújo - FEPETI-PI

Lavínia Cavalcante - Rede de Jovens e adolescentes do FNPETI

Síntese das respostas do grupo 4

Quanto aos desafios para os membros do grupo 4 estão: a falta de recursos financeiros; a ausência de políticas públicas (benefícios, programas e serviços); a visibilidade/capilarização e a capacitação. As articulações são feitas com a participação como membro (formalização) do fórum, por busca ativa (visitas) aos membros e pela representação em outros espaços. A participação de crianças/adolescentes acontece com reconhecimento

de seu papel com voz ativa, que garante a participação como membro de alguma comissão e com debates, e quando participam de eventos e reuniões.

A coordenação estratégica é feita por grupos de WhatsApp e por participação dos seminários. O processo de sucessão, por sua vez, acontece em forma de eleição. A discussão do grupo sobre o enfrentamento ao trabalho infantil levantou o questionamento sobre o que seria necessário para que o fórum se mantenha ativo. A resposta do grupo identificou quatro pontos fundamentais: recursos financeiros, planejamento, articulação e compromisso.

Grupo 5

Michelli dos Santos - FEPETI/ PB - relatora

Rejane Rabelo - FEPETI- AM

Izildinha Barbosa - FEPETI- MS

Carmelita Domingos – FEPETI-RO

Andrey Felipe - Rede de Adolescentes e Jovens do FNPETI

Humberto de Melo - FEPETIAGO

Síntese das respostas do grupo 5

No atual contexto socioeconômico e político, o grupo 5 listou como questões prioritárias: o orçamento público; a mobilização política e apoio ao trabalho feito; o enfrentamento pela rede de forma articulada e via área de educação; o encaminhamento dos casos para programas. Os desafios para a erradicação estão no trabalho infantil presente na agricultura familiar, no âmbito rural, no doméstico e a busca ativa propriamente dita. As articulações são feitas pelo município e pela rede, prioritariamente via SRT e Polícia. A participação de crianças e adolescentes acontece nos estados da Paraíba, Roraima e Amazonas em forma de oficinas sobre as formas de trabalho infantil em seminários. Em Mato Grosso do Sul e em Goiás, não há participação de crianças e adolescentes.

Quanto à existência de coordenação colegiada nos fóruns estaduais e suas estratégias para a participação ativa dos membros do fórum, o grupo cinco apontou que os estados da Paraíba, Roraima e Amazonas têm coordenações colegiadas. Para o enfrentamento do trabalho, é necessário orçamento, o fortalecimento da rede, a articulação de ações e a capacitação dos membros dos fóruns.

Grupo 6

Paula Neves - MTE - relatora

Anderson da Silva - FEPETIPE

Priscilla Peçanha – FEAPETI- ES
Fátima Chammas – FEPETI---RJ
Geraldo Costa – CPA do FEPETI-PB

Síntese das respostas do grupo 6

No atual contexto socioeconômico e político, os principais desafios para os fóruns que fazem parte do grupo 6 são: o fortalecimento da incidência política para aumentar a eficiência e eficácia das políticas públicas; a realização mais efetiva de controle social; a elaboração e o monitoramento dos planos estaduais de combate ao trabalho infantil; a interiorização do fórum; a ampliação da participação e do protagonismo das organizações da sociedade civil; a sensibilização e a motivação de adolescentes para participar ativamente do fórum, além das áreas da saúde, da educação e da segurança, bem como dos Conselhos Tutelares (CTs) nas ações do fórum, para além do fortalecimento da identidade do fórum estadual de forma a evitar a personificação e a apropriação do fórum pelas instituições que o compõem.

Em relação à articulação, há o recebimento e encaminhamento de denúncias de trabalho infantil ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) (SRT, CT, assistência social etc.). Porém, há necessidade do engajamento dos municípios por meio das secretarias estaduais de assistência; da criação de GTs para capacitação dos CTs acerca do trabalho infantil; do incentivo à participação no fórum.; do fortalecimento da escola de conselhos com a formação da rede de proteção sobre trabalho infantil; da participação dos representantes do Núcleo de Cidadania de Adolescentes (NUCA), da assistência social; da identificação e do monitoramento da inserção das vítimas de trabalho infantil em políticas públicas e da auditoria fiscal do trabalho para o recebimento e verificação de denúncias, encaminhando vítimas à rede de proteção com fluxo de informações para acompanhamento das providências; da construção do plano nacional e de fluxos de atendimento às vítimas do trabalho infantil, no âmbito da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI).

Quanto à existência de crianças, adolescentes e jovens participando do fórum estadual/ distrital, o grupo apontou que essa participação se dá em forma de oficinas focadas para um melhor entendimento dos adolescentes e jovens e respectiva produção feita pelos próprios adolescentes e jovens, além de reuniões individuais com os adolescentes e jovens e em conjunto aos adultos. Há também a participação dos adolescentes por meio de atividades internas nas instituições e externas ao fórum relativas ao trabalho infantil. Em Pernambuco, os adolescentes têm voz e voto.

No caso da coordenação colegiada nos fóruns que participam deste grupo, o processo de sucessão de coordenação respondeu que nos estados de PE, RJ, ES e PB há

coordenação colegiada - PE e RJ com dois anos de mandato; no RJ há grupos de trabalho/articulação do governo do estado e PE, ES e PB têm comissões. Sobre o enfrentamento ao trabalho infantil, é necessária a articulação com os governos estaduais, além de convidar novas instituições, formalizando respectiva adesão ao fórum, estimulando a valorização das instituições que compõem os fóruns sem sobreposição ao fórum a fim de ampliar os mecanismos de captação de recursos orçamentários. Para o grupo é fundamental a realização de reuniões híbridas para possibilitar a participação dos municípios do interior, o trabalho de atualização e/ou construção do regimento interno e o planejamento anual a fim de realizar a sucessão das instituições na coordenação dos fóruns e a construção de ações itinerantes.

Grupo 7

Ricardo Costa Gonçalves - FEPETIAGO - relator

Apolo Erlantz - Rede de Adolescentes e Jovens do FNPETI

Maria da Graças da Silva - SAS - PI

Maremar Michaels Carvalho - FEPETI-MT

Letícia Vitória Diniz - FEPETI - RJ

Viviane Martins Ferreira – FETIPA-BA e TRT – 5ª Região

Síntese das respostas do grupo 7

Entre os principais desafios da prevenção e erradicação do Trabalho Infantil nos estados que compõem o grupo 7 estão: O desfinanciamento das ações estratégicas; a interiorização das ações dos fóruns; a conscientização social sobre o fim do trabalho infantil; a integração dos sistemas de vigilância em saúde e o fluxo ao nível do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Quanto à articulação com os órgãos do Sistema de Garantias de Direitos, o grupo respondeu que são feitas reuniões periódicas, parcerias em campanhas e existe uma necessidade de maior integração com demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).

Sobre o papel de jovens e crianças nas decisões no Fórum, o grupo apontou a ausência de participação desse segmento nos fóruns, observando a necessidade de implantação de projetos para criação de Comitês de Participação de Adolescentes (CPAs), possibilitando mais participação desse público no desenho de encontros e ações. A coordenação é feita de forma majoritária em colegiado e com mandatos médios de dois anos. Para manterem-se ativos, segundo o grupo, os fóruns mencionaram a necessidade de uma maior cooperação e parceria com atores estratégicos, a construção de espaços de diálogos

com famílias com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, além de planejamento para evitar conflito/ sobreposição de ações.

Grupo 8

Gildete Sodré – FETIPA-BA - relatora

Antônio Lima - FEPETI-CE

Isis Luiz- FEPETI- RJ

Virna Soraya -INFOCA-RN

Marielza Gonçalves – FEPETI-MT

Amanda Navarro- FEPETI-PR

Síntese das respostas do grupo 8

O grupo 8 apontou como os principais desafios: a identificação e aceitação do trabalho infantil; a desarticulação da rede intersetorial; a subnotificação e a dificuldade na intervenção efetiva através das políticas; a invisibilidade dos dados; o (des)financiamento das ações dos fóruns e a invisibilidade como pauta prioritária em nível estadual/ nacional (agenda política). Os fóruns articulam-se com os órgãos do Sistema de Garantias de Direitos (Sistema de justiça, Ministério público, Conselho tutelares etc.). Nos Estados do CE, RN, RJ, MT, PR e BA a articulação acontece de forma sistêmica com a retomada dos fóruns no CE e no PR, havendo dificuldades de articulação com o Conselho Tutelar nos Estados do PR, RN e RJ. O grupo respondeu que não há participação de crianças e adolescentes nos fóruns e apenas acontece em instituições que realizam o trabalho com os adolescentes.

Quanto às estratégias para a participação ativa dos membros dos fóruns, o grupo apontou que é feito por planejamento prévio das atividades. A maioria possui coordenação colegiada. Comunicações são feitas por meio de mensagens de Whatsapp, além do envio de e-mail, ofício e reuniões presenciais. Sobre o que é necessário para que os fóruns precisem para se manterem ativos no enfrentamento ao trabalho infantil no Estado, o grupo sinalizou que o planejamento integrado com os órgãos, a articulação para evitar a desmobilização do fórum e a divulgação/ compartilhamento das ações do fórum junto à respectiva membresia são fundamentais para que esse enfrentamento aconteça.

A poesia como forma de luta

Durante a apresentação do Grupo II, Luiz Gonzaga, um dos fundadores do FNPETI, contou que pediu a um poeta amigo, conterrâneo do município de Pajeú do Piauí (PI), que fizesse um poema sobre o trabalho infantil. Eis a prosa entre eles:

Zé, faz um poema sobre trabalho infantil?

- **Mas, Doutor, como eu “faço” um negócio desse? Mas eu vou dizer:**

***“Ah, só um pistão,
faça uma criança ser feliz agora,
Brasil, você é grande
e dentro do seu peito bate o coração de uma criança,
é bom que ele bombeie agora o sangue da esperança que é nossa”.***

Zé, poeta e amigo de Luiz Gonzaga

Luiz Gonzaga seguiu lembrando do trabalhador rural Antônio Pereira, que nunca foi para a escola, mas dizia sentir saudade do parafuso dos tempos de trabalho infantil. Aí, perguntaram ao poeta **Leite Pinto** de Monteiro (PB):

- **Pinto, o que é saudade?**

- **Saudade, disse ele, é a vontade de ver de novo.**

- **Então faça um verso, agora, sobre a saudade! E ele disse assim:**

***“Esta palavra, saudade.”
Conheço desde criança.
Saudade de amor ausente.
Não é saudade, é lembrança.
Saudade só é saudade.
Quando morre a esperança.”***

Pinto do Monteiro, poeta paraibano.

Avaliações das atividades do 1o dia de encontro

Katerina Volcov finalizou o primeiro dia de encontro parabenizando a todos os grupos, afirmando que é possível perceber muitas questões relevantes por meio das apresentações

grupais dos fóruns estaduais, pontuando o (des)financiamento das ações estratégicas de prevenção e erradicação do trabalho infantil. Em relação à articulação, constatou que alguns fóruns são mais articulados e outros precisam de mais apoio. Notou que há a necessidade de uma maior participação de jovens e adolescentes, efetivamente, nos projetos e ações dos fóruns, para além da escuta ou voz, mas na construção das iniciativas de enfrentamento.

Ao final dos trabalhos do primeiro dia, foi distribuído para a membresia do FNPETI um *post-it* para uma avaliação rápida dos pontos positivos e dos pontos que poderiam ser melhorados

2º. Dia do Encontro Nacional do FNPETI - 06 de dezembro - sexta-feira

Os trabalhos do segundo dia do **Encontro 30 anos de enfrentamento do Trabalho Infantil no Brasil** foram abertos pela Secretaria executiva do FNPETI, com a devolutiva da avaliação feita pelos participantes ao final do primeiro dia. Em resumo, nas avaliações destaca-se uma quantidade grande de elogios. De modo geral, mostrou que as pessoas presentes consideraram positiva a agenda do dia, pois puderam compartilhar experiências e desafios e “todos puderam falar”. Ou como alguém escreveu e sintetizou esse primeiro dia de atividades: “Todo encontro é bom desde que alma não seja pequena!”.

Katerina Volcov aproveitou para fazer um esclarecimento sobre o atraso na Câmara dos Deputados. Segundo ela, para dar início aos trabalhos era preciso a presença de um representante legislativo, uma vez que o Presidente da Comissão, Deputado Túlio Gadelha, teve uma outra agenda e foi substituído pela Deputada Erika Kokay, que teve de se deslocar para cobrir o anfitrião. Com 1h30 de atraso, e para não alterar a programação, foi necessário um ajuste nas falas das instituições para cumprir o horário e dar início às atividades da tarde.

Outro ponto destacado nas avaliações dos *post-it* foi em relação ao tempo do compartilhamento das experiências e desafios no momento de reunião dos grupos. Para ela, no mundo ideal, seriam necessários muitos dias para a realização do Encontro Nacional. Porém, nem todas as/ os presentes teriam disponibilidade para ficar uma semana trabalhando e/ ou refletindo sobre os 30 anos do FNPETI e a atuação dos fóruns estaduais, além da ausência de recursos para uma semana de evento. Segundo ela, na medida do possível, as trocas acontecerão de maneira orgânica, como todo bom encontro.

Na avaliação, também foi solicitado que, em futuras oportunidades, haja um momento de análise de conjuntura. Katerina explicou que essa atividade foi mencionada no grupo de trabalho do Encontro. Porém, por conta da falta de recursos para trazer uma ou duas pessoas especialistas e pela falta de tempo na programação, isso foi excluído. Para fins de uma ‘fala

de abertura', pensando nas questões emergenciais contemporâneas, pode-se convidar Iremar Ferreira, do Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental, que já estava em Brasília para uma outra agenda e que pôde abordar a conjuntura ambiental que tem incidência direta na saúde e na educação de crianças e adolescentes e como isso relaciona-se com o trabalho infantil como violação de direito.

Abertura Oficial – 2º dia

Intervenção Cultural da Rede de Adolescentes e Jovens do FNPETI

A abertura do segundo dia do Encontro Nacional de 30 Anos do FNPETI foi marcada pela intervenção artística feita por membros da Rede de Adolescentes e Jovens do Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI). Por meio de um teatro-jogral, as/os participantes apresentaram distintas vozes sobre o trabalho infantil: o explorador, a criança explorada, o/a militante e a Rede. Participaram da iniciativa: Andrey Felipe, Apolo Erlantz, Lavínia Cavalcante e Vivian Rossane.

Painel: “O que nos espera e o que realizar em 2025”

Para este painel, a Secretária Executiva do Fórum Nacional da Erradicação do Trabalho Infantil fez a abertura, informando as representações que apresentariam seus trabalhos para 2025. Entre elas: a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério da Saúde (MS) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST). A seguir, as e os representantes tiveram cerca de sete minutos de fala:

- Roberto Padilha Guimarães - Coordenador da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI)

O coordenador da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), Roberto Padilha Guimarães, iniciou sua fala cumprimentando as e os participantes, e apresentou os projetos que a comissão desenvolverá em 2025. Para contextualizar, ele trouxe dados do trabalho infantil no Brasil, mostrando que, a partir de 2016, houve a diminuição do ritmo do trabalho infantil no país, chegando a 2023 com uma redução de 100 mil crianças por ano. Entretanto, estes dados estão subnotificados, não representando

todo o universo de crianças e adolescentes. Neles não constam os dados da exploração sexual, nem o trabalho infantil na internet.

Roberto Padilha destacou os vários compromissos nacionais e internacionais com a erradicação do trabalho que o Brasil possui, entre eles: A meta 8.7 que tem o objetivo de de erradicar o trabalho infantil até 2025, as convenções 138 e 182 que tratam, respectivamente, sobre a idade mínima para o trabalho e as piores formas de trabalho infantil.

Para 2025, a Comissão terá, especialmente, três desafios:

1. Acelerar o ritmo de redução do trabalho infantil no Brasil - No ritmo atual, a erradicação somente seria possível em 2040;
2. Enfrentar as novas formas de trabalho infantil- O trabalho infantil na internet e a exploração sexual não estão presentes nos dados do trabalho infantil apresentados;
3. Trabalhar as causas estruturais do trabalho infantil como elemento importante para o avanço da redução.

Segundo o coordenador, ao assumir a comissão, havia o entendimento de que era necessário mudar a forma como ela funcionava até então. E mencionou sobre a retirada do FNPETI da comissão, sem direito ao voto, no governo anterior. Naquele momento, a configuração da CONAETI foi alterada e ficaram de fora o FNPETI, o CONANDA e o MPT. Neste período, a CONAETI foi reinstaurada com a compreensão da importância dessas entidades em sua composição.

Nesta Comissão e neste governo, por meio de regimento aprovado e construído por todos os membros da CONAETI, entre eles o retorno do Fórum Nacional, há a possibilidade de serem publicadas resoluções, recomendações e notas públicas. A partir dessa mudança, foi possível criar parâmetros para o enfrentamento de diversas formas de trabalho infantil, dando um perfil mais estratégico e combativo à CONAETI. Outro ponto é o desenvolvimento do quarto Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, cujo objetivo é ser um plano diferenciado, que possa avançar o ritmo de remoção do trabalho infantil, resgatando um pouco do que foi o primeiro plano de 2004. Segundo Padilha, o segundo e o terceiro plano foram muito parecidos.

A CONAETI está desenvolvendo para 2025 um fluxo nacional de atendimento a crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, cuja origem é o trabalho de base familiar. Outros dois fluxos estão sendo desenvolvidos: o fluxo da exploração sexual e o fluxo sem o explorador identificável

Para Roberto Padilha Guimarães, o resultado deste esforço inédito será o enfrentamento das questões específicas no combate ao trabalho infantil. Neste ponto, a comissão está começando a trabalhar em formato de recomendações que irão direcionar as ações de erradicação do trabalho infantil. Das recomendações que estão sendo trabalhadas

pela CONAETI estão: 1) a constituição das comissões estaduais de erradicação do trabalho infantil, 2) a abordagem sobre o trabalho infantil nos povos e comunidades tradicionais e 3) o trabalho infantil em ambiente digital.

- Antônio Albuquerque Neto (MDS) - Representante da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS)

Antônio Albuquerque Neto (MDS) fez uma síntese das ações do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) para erradicação do trabalho infantil. Ele começou fazendo um histórico apontando para o ano de 2025.

Segundo ele, o ano de 2023 foi marcado por um cenário complicado de recomposição orçamentária da assistência social, pós-Covid e de reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), onde os gestores, principalmente municipais, se encontravam em uma situação difícil.

A falta de garantia do financiamento federal com serviços e programas se refletiu na ausência de possibilidade de planejamento desses gestores e, ao mesmo tempo, na própria garantia da proteção social, que se concretiza a partir de serviços, benefícios, programas e projetos do SUAS. Nessa perspectiva, no início do ano passado, deu-se o novo Bolsa Família, cujos resultados apontaram tanto para a redução do trabalho infantil quanto para a redução da extrema pobreza, segundo dados do próprio IBGE divulgados na semana em que acontece o **Encontro Nacional de 30 anos do FNPETI** (dezembro/2024).

Vale apontar que, em 2019, foi encerrado o cofinanciamento federal das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI) e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). A retomada do cofinanciamento das AEPETI's tem foco nas piores formas de trabalho infantil e estão sendo pensados novos critérios para a continuidade, como a participação de novos entes que, ainda, não executaram as ações.

Antônio ressalta que a intenção é qualificar esses critérios com uma maior transversalidade entre os serviços. Considerando que, as crianças e os adolescentes em situação de trabalho infantil não são atendidos pelas AEPETI's, mas pelos serviços do SUAS, pelo Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) e pelos serviços de fortalecimento de vínculo, as AEPETI's fazem parte de um programa de gestão.

Os serviços precisam ser transversalizados para o combate ao trabalho infantil e, ao mesmo tempo, é importante pensar a diversidade territorial, princípio do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Especificamente no Norte e Nordeste do Brasil, que precisam de maior capilaridade no atendimento, podem ser feitos encontros com apoio técnico a fim de retomar a agenda pública pela erradicação do trabalho infantil na perspectiva da assistência

social.

Sobre a recomposição orçamentária do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no ano de 2016, foram financiados R\$ 84 milhões para as Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI's), enquanto em 2019, o último ano do cofinanciamento, foram apenas R\$ 4 milhões. Ao mesmo tempo, os blocos de financiamento do SUAS, contando o bloco da atenção básica, média e alta complexidade do ano de 2017, da Lei Orçamentária Anual (LOA), que foi enviado em 2016, foram R\$ 2,5 milhões para o serviço do SUAS.

Então, o compromisso firmado pelo MDS para essa recomposição orçamentária chegou a 93% do cofinanciamento federal para a assistência social, chegando a R\$ 1,9 bilhão. Neste ano, já foram utilizados R\$ 1,4 bilhão, ainda não chegando a 100% do cofinanciamento federal. Mais de 200 entes têm mais de 10 mil reais de saldo em conta para ações que devem ser executadas neste ano fiscal (2024). Este é um exercício muito difícil que está sendo empreendido pelo MDS para a retomada da Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI's).

Outro desafio grande para as AEPETIs é a gestão pública que precisa trabalhar com dados e evidências. Os últimos dados do censo do IBGE são de 2010, começando a coleta em 2008. O cenário do trabalho das políticas sociais, hoje, no Brasil, é completamente diferente de quando essas informações foram levantadas. A ausência do censo IBGE com dados reais do período atual tem dificultado muito a retomada das AEPETI's.

Com a retomada do Programa de Atendimento Integrado à Família (PAEFI), suas oficinas ressurgem com uma nova orientação de agendas focalizadas na diversidade do território com a criação de fluxos nacionais e apoios técnicos pela proteção social básica do PAEFI nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ponto central para a erradicação do trabalho infantil, pensando em fortalecimento de vínculo na convivência comunitária. Dessa forma, o Estado tem de ter interlocução direta com os municípios.

- Luísa Carvalho Rodrigues - Coordenadora da Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes (CoordInfância/ MPT).

A coordenadora da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (CoordInfância) do Ministério Público do Trabalho fez sua apresentação fazendo um resumo das ações da coordenação ao longo do ano de 2024, começando pelas ações que marcaram o 12 de junho – Dia Nacional e Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, dando uma panorâmica do planejamento da coordenação para 2025. Um

dos objetivos é estar presente em mais 24 municípios com alta incidência de trabalho infantil com as ações já desenvolvidas pela CoordInfância como: Capacitação, inspeções e visitas técnicas, entrevistas com todas as equipes locais para verificar como estão as políticas públicas de enfrentamento ao trabalho infantil naquele município, para que havendo irregularidade, isso possa ser sanado por meio de um termo de ajuste de conduta ou ajuizamento de uma ação civil pública.

Para 2025, o “MPT na Escola”, projeto que dialoga com a comunidade escolar, levando o tema dos direitos de crianças e adolescentes para as escolas, famílias e, principalmente, para as crianças e adolescentes, , protagonistas no processo de elaboração das ações realizadas. O programa consegue identificar e acionar toda a rede de proteção. A coordenadora apontou como meta atingir, pelo menos, 240 municípios, uma meta muito tímida, considerando o que vem sendo executado pela coordenação. Em 2023, o programa executou esse projeto em 857 municípios. Em 2024, ainda sem levantamento final, está entre 800 e 900 municípios atendidos. Para que qualquer pessoa possa ter acesso ao conteúdo, o projeto é transmitido no YouTube pelo canal do MPT. Em 2024, foram quase 18 mil visualizações. A expectativa para 2025 é atingir um número similar de visualizações.

Luísa Carvalho Rodrigues recordou o lançamento do curso Infâncias Protegidas, Agentes Sociais no Enfrentamento ao Trabalho Infantil, um curso gratuito e disponível para qualquer pessoa. Trata-se de uma parceria com a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). Até o momento, entre 400 e 500 pessoas completaram a carga horária de 50 horas e já estão certificadas. O curso ficará disponível até o dia 31/12/2024. Há possibilidade de que fique disponível em 2025, podendo tornar-se um curso permanente na grade curricular da Educação a Distância (EAD) da Escola do MPU.

Em 2025, o MPT pretende manter o grupo de trabalho de enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes, cuja principal atividade é a triagem de processos criminais em que há a condenação pelo crime de exploração sexual, com a responsabilização na esfera trabalhista para além da criminal. A iniciativa surge de uma parceria com os tribunais de justiça estaduais, tendo como meta a promoção das condenações e a busca de reparações. A exploração sexual é uma das piores formas de trabalho infantil. E o GT avança consideravelmente no Estado de São Paulo.

Além disso, para 2025, o Projeto de Estímulo à Aprendizagem Profissional tem como meta mínima atingir pelo menos 720 empresas. A busca será pela revisão, atualização e proposição de novas orientações da CoordInfância voltadas aos procuradores e procuradoras no que diz respeito ao enfrentamento ao trabalho infantil, afirmou Luísa Carvalho Rodrigues. E, por fim, uma meta de, no mínimo, 4 mil denúncias de trabalho infantil em todo o Brasil. Em 2024, foram mais de 5.300 denúncias analisadas e investigadas.

Há, também, a previsão de publicação de três publicações:

1. Primeiro semestre de 2025 - Publicação interna para membros do Ministério Público do Trabalho sobre proteção de crianças e adolescentes nos esportes eletrônicos e outro voltado ao enfrentamento à exploração sexual; Primeiro semestre/ 2025 –
2. Publicação interna para procuradores e procuradoras para uma atuação mais efetiva nas investigações, ajustamentos de ações relacionados a esse tema;
3. Segundo semestre/ 2025 - Livro comemorativo dos 25 anos de atuação da CoordInfância, com previsão de lançamento no segundo semestre.

- Paula Neves - Auditora fiscal do trabalho e coordenadora nacional substituta de fiscalização do trabalho infantil do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)

Em termos de projetos para 2025, a Coordenadora Nacional Substituta de Fiscalização do Trabalho Infantil, Paula Neves, selecionou as principais ações, visando a intensificação das ações fiscais de combate ao trabalho infantil com o objetivo de acelerar o ritmo de redução do trabalho infantil, considerando a meta 8.7. Entre elas, estão:

- Fortalecimento das coordenações regionais de fiscalização do trabalho infantil. A Auditoria Fiscal do Trabalho tem uma coordenação nacional de fiscalização do trabalho infantil e 27 coordenações regionais. Quanto à composição, um auditor fiscal do trabalho na coordenação e outros auditores na atuação. Para tanto, esse fortalecimento acontecerá por meio do ingresso de novos auditores fiscais no trabalho admitidos pelo primeiro Concurso Nacional Unificado (CNU/2024). Serão 900 novos auditores fiscais de trabalho capacitados para o combate ao trabalho infantil;
- A regulamentação dos protocolos de fiscalização para diferentes modalidades de trabalho infantil, como trabalho infantil com explorador identificável, trabalho infantil sem explorador identificável, trabalho infantil em regime familiar, trabalho infantil em espaços de gestão do poder público, entre outros. O objetivo é ter cada modalidade de trabalho infantil sistematizada em fluxos para que haja atuação diferenciada da própria auditoria fiscal do trabalho. A ideia é regulamentar esses protocolos para facilitar a atuação e melhorar a efetividade das fiscalizações;
- O MTE dispõe de um Grupo Especial Móvel de Fiscalização do Trabalho Infantil (GMTI), com Auditores-Fiscais do Trabalho especializados no combate ao trabalho infantil. O GMTI realiza, por meio de planejamento estratégico, inteligência fiscal e articulação interinstitucional, operações periódicas com foco nas piores formas de trabalho infantil em todo o território nacional. Para 2025, o MTE tem como uma de suas metas o afastamento de 2.450 crianças e adolescentes do trabalho infantil em todo o Brasil, por meio de 1.900 ações fiscais efetivas. Ações fiscais efetivas são

aquelas realizadas com a constatação de trabalho infantil;

- O Sistema IPÊ de coleta e gestão de denúncias do trabalho infantil foi desenvolvido pela auditoria fiscal do trabalho (MTE) com o apoio da OIT. Esse sistema é o único canal exclusivo de denúncias que são hierarquizadas por prioridades, facilitando muito a distribuição para as coordenações regionais. Para 2025, a coordenação pretende aprimorar suas funcionalidades a fim de que seja gerado um protocolo que permitirá uma comunicação mais rápida, possibilitando acelerar a verificação das denúncias. Outro objetivo é aumentar a divulgação do sistema para que mais pessoas possam utilizá-lo. O sistema IPÊ possui um QR code de acesso ou pode ser acessado pelo site: <https://ipetrabalhoinfantil.trabalho.gov.br/>.

- Anne Caroline Grudtner - Coordenação Geral de Vigilância em Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde (MS).

Anne Grudtner apontou a garantia do atendimento à saúde de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil como principal objetivo da Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente (SVSA), do MS. Neste sentido, existem duas políticas que organizam essa atenção: a Política Nacional de Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras e a Política de Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente.

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem entre seus princípios: o cuidado, a diversidade e a territorialização, que são seguidos, também, no atendimento a crianças e adolescentes. A notificação dos casos de trabalho infantil, com vistas ao conhecimento epidemiológico, é feita de forma contínua de acordo com a realidade local. A linha de cuidado de puericultura e hebicultura visa o atendimento padronizado para qualquer criança ou qualquer adolescente que entre em um serviço de assistência à saúde do SUS. E dentro dessa linha de cuidado há a identificação de casos de violência, incluindo o trabalho infantil.

Junto ao atendimento, as ações de vigilância à saúde conseguem identificar situação de trabalho infantil para, então, chamar os responsáveis e dar sequência ao sistema de garantias de direito. O MS acaba de publicar o Caderno de Atenção Integral à Saúde de Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho com orientações gerais para o trabalho infantil. Para 2025, o objetivo é conseguir pôr em prática essas orientações do caderno com o conjunto de perguntas e palavras-chave criadas para ajudar a identificar se criança ou adolescente está em situação de trabalho, qualificando o atendimento.

Além disso, o caderno de atenção integral à saúde de crianças e adolescentes em situação de trabalho traz muitas orientações sobre a importância da transversalidade entre os entes do sistema de segurança de direitos. Esses diálogos, segundo a representante do Ministério da Saúde, devem ser feitos a partir dos Centros de Referência em Saúde do

Trabalhador (CEREST), que estão distribuídos pelo país. Para tanto, há previsão em 2025 de treinamento específico para os estados e municípios para a aplicação dessas diretrizes e o fortalecimento dessa integração.

- Viviane Martins - Juíza do trabalho e gestora do Programa de Combate ao Trabalho Infantil do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

A Juíza do trabalho, Viviane Martins, destacou que o TST desenvolve o Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem em caráter efetivo, coeso, consistente em todas as Regiões do país. Entretanto, ela pontua que o enfrentamento ao trabalho infantil precisa ser sempre fortalecido. Para tanto, é necessária articulação com a sociedade e, também, com a especialização da Justiça do Trabalho, a exemplo do que já existe no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região, com os juízes especiais da infância e adolescência, e sobretudo com a participação, a partir da qualificação de magistrados e magistradas do trabalho.

O esforço institucional feito em 2024 pelo TST acontece em algumas frentes. Entre elas, na qualificação de juízes e juízes do trabalho em torno das violações de direitos como é o trabalho infantil. Em 2023, foi criado um grupo de trabalho que construiu protocolos para atuação e julgamento da Justiça do Trabalho em perspectiva antidiscriminatória, interseccional e inclusiva, contemplando também infâncias e adolescências. Nesse sentido, estão sendo realizadas diversas formações à magistratura, com o objetivo de evitar a revitimização das vítimas, evitando chancela de violações ou a dispensa de realização de direitos como as cotas de aprendizagem, sob alegações de que não são mais justificadas ou de que a empresa eventualmente tenha tentado fazer contratação.

Outra frente é a ampliação da integração da magistratura com a rede de proteção de direitos, aprofundando a continuidade da capilarização no sentido de reforçar a atualização de metas, de orientações, da participação aos programas regionais da Justiça do Trabalho junto aos Fóruns, inclusive, para que esses juízes e juízes possam replicar nas suas redes, nos seus regionais as ações de interesse conjunto. Além disso, a atuação da Justiça do Trabalho, diante do contexto de descumprimento da ODS 8.7, se junta às formações nacionais para a construção de uma política nacional de aprendizagem, sobretudo para reforçar o papel da Justiça do Trabalho no cumprimento da cota alternativa e o monitoramento do trabalho decente.

Todos esses esforços institucionais buscam o fortalecimento de boas práticas jurídicas, tendo em vista a formação de juízes e juízas para que julguem os seus processos com qualidade e responsabilidade no contexto das normativas nacionais e internacionais para a erradicação do trabalho infantil.

Diálogo com as instituições

Após a fala dos ministérios e das instituições públicas, aqui representados, Katerina Volcov abriu um momento para perguntas para as e os representantes.

Pergunta 1 – Graça Gadelha (INPETI) - Graça começou a etapa de questionamentos com uma sugestão aos membros da CONAETI. Segundo ela, no dia anterior foi debatida a importância de se escutar famílias e adolescentes afetados por trabalho infantil, especialmente em comunidades muito afetadas. Sua proposta é que, no IV Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, fique aberta essa possibilidade de ações em que se escute e se valide futuras e possíveis propostas destas famílias para se combater o trabalho infantil. O trabalho, nos 30 anos de fórum, evoluiu significativamente, mas é preciso inverter a lógica escutando os adolescentes e as famílias envolvidas.

Outra questão foi para o MDS, seguiu Graça, que trabalha na rede de proteção do estado do Ceará, e a grande reclamação que se tem nos grupos da assistência social nos municípios é o desfinanciamento da AEPETI. Além disso, ela perguntou quais são as perspectivas para 2025 de um trabalho mais intensivo no que se refere a metodologias, porque cada município faz ao seu jeito, cada centro de convivência faz ao seu modo, e isso é importante considerar os saberes da realidade, mas é preciso que haja formação, principalmente nesse aspecto do trabalho.

Pergunta 2 - Gildete Sodré (FETIPA-BA) -Deu sequência aos questionamentos, saudando todos os presentes e se apresentando como membro do Fórum Baiano. Quis saber se, para 2025, seria possível conseguir o mapeamento da real situação do trabalho infantil nos estados, uma vez que na Bahia, por exemplo, os dados mapeados são de 2010 e não demonstram nenhuma diminuição do trabalho infantil. Ela comentou sobre o uso das fichas do SINAN que são utilizadas pela área da saúde para notificar o trabalho infantil e que poderia ser o modelo a ser seguido, para ter dados mais fiéis sobre o trabalho infantil.

Pergunta 3 - Graça Gadelha - Saudou a todos, apresentando-se como participante do Instituto Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (INPETI). Sua pergunta complementa a anterior sobre dados. A última pesquisa realizada sobre bases de dados apontou que, hoje, estão catalogadas quarenta e oito bases de dados relacionadas à violação de direitos de crianças e adolescentes, principalmente com recortes de trabalho infantil e violência sexual. Citou os sistemas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), o SIPIA (INS) e o Sistema Ipê de Trabalho Infantil como exemplos de bases de

dados atualizados que podem servir de exemplo. Entretanto, essas bases não dialogam, nem consolidam de fato a questão do trabalho infantil do ponto de vista conceitual e metodológico.

Para ela, o estado brasileiro não avançou no sentido de parametrizar todas essas questões, por isso continua-se trabalhando com bases diferenciadas das diferentes situações do trabalho infantil. A sugestão é a criação de uma base de dados que observe o trabalho infantil como o Código Internacional de Doenças (CID), uma proposta que foi feita há dez anos para a Comissão Intersetorial com a finalidade de se criar uma base que consolidaria todo o conjunto de informação apropriado para a construção e a implementação de políticas públicas para o enfrentamento ao trabalho infantil.

Pergunta 4 - Denise Pereira (FEPETI-PB) - Denise começa sua fala afirmando que teria várias questões para fazer, mas uma das grandes questões do enfrentamento do trabalho infantil nos estados é - incluindo os conselheiros tutelados, trabalhadores do CRAS e do CRES - quando chega a denúncia, para onde serão encaminhadas as crianças e adolescentes? A grande questão tem sido não conseguir dar encaminhamento correto.

Pergunta 5 - Mariroze Vilanova (FNPETI - SE) - Ela direcionou sua pergunta ao Antônio Albuquerque Neto, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).. Ela queria saber se existe algum panorama nacional em relação à indicação das situações prioritárias do Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC) com relação ao trabalho infantil. Para ela, em relação aos cadastradores, é necessário que o Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC) cumpra o seu papel e pediu que o representante do MDS falasse um pouco sobre essa situação.

Síntese das respostas

Encerrado as perguntas, Katerina passou a palavra para as e os representantes das instituições para que pudessem fazer suas considerações sobre esse conjunto de perguntas.

Resposta à pergunta 1 - Sobre diálogo entre órgãos e escuta das vítimas e famílias

Roberto Padilha Guimarães (CONAETI) - Sobre a questão do diálogo da CONAETI com as instâncias que estão discutindo a política de direitos humanos e empresas, esse é um trabalho que está no radar da comissão e é uma questão a ser desenvolvida em 2025. A questão da escuta dos jovens é um dos pontos de inovação. É importante ressaltar que, no âmbito da CONAETI, existem três representações de adolescentes, uma (Viviane Rossane),

inclusive, está presente aqui no encontro, com assento na CONAETI. Esses jovens participam das reuniões, dos debates como nunca houve isso antes. É a primeira vez na história que a CONAETI tem essas representações. Sobre a questão da escuta das famílias, é fundamental para o combate ao trabalho infantil.

Resposta à pergunta 2 e 3 - Mapeamento de informações.

Roberto Padilha Guimarães (CONAETI) - Sobre a questão dos dados do trabalho infantil, esse é o ponto fundamental. *“A gente sempre diz “para o enfrentamento do problema é necessário conhecer o problema”*. E nisso os dados do trabalho infantil são fundamentais. Como ação concreta, um dos projetos para o ano que vem é um grupo de trabalho conjunto com o IBGE para melhoria dos dados. Como resultado, a inserção de várias formas de trabalho infantil que não estão contabilizadas, entre elas a exploração sexual, tráfico de drogas, trabalho doméstico, trabalho de cuidados, os cuidados da própria família, trabalho nas ruas, nós temos várias formas de trabalho infantil que não estão contabilizadas.

Resposta à pergunta 2, 3 e 4 - Base de dados como CID/ SINAN.

Roberto Padilha Guimarães (CONAETI) - Criar uma grande base de dados de trabalho infantil é um sonho, mas é muito difícil, porque, às vezes, as bases atuam em lógica de diferença. Qual é a boa notícia? Olhando os países da América Latina, África, Ásia e Europa, um dos países que tem a melhor base de dados de trabalho infantil é o Brasil. Apesar do entendimento de que não é suficiente, o Brasil tem uma das melhores bases de dados de trabalho infantil do mundo. Existe o sistema SmartLab com várias bases separadas reunidas em um mesmo local. Sobre as do SINAN, melhor ser respondida pela representante do Ministério da Saúde.

Anne Caroline Grudtner - (MS) - Em relação à ficha, o sistema de saúde tem o seu sistema de notificação. Nas diversas fichas, tem uma lista de doenças e agravos que são de notificação compulsória, entre elas sarampo, varíola, COVID, trabalho infantil, violência doméstica, acidente de trabalho. E cada um desses agravos tem sua ficha específica. Na ficha de violência interpessoal ou de provocado, entram violência doméstica, tentativa de suicídio, trabalho escravo, trabalho infantil, xenofobia, todos esses tipos de violência. Essa ficha pode ser preenchida por qualquer profissional, não só da saúde. Nesse sistema, tem uma aproximação muito grande com os profissionais da educação. A escola, desde o ponto de vista de violência de trabalho infantil, faz a notificação e encaminha para a vigilância de saúde do município para fazer o preenchimento no sistema. É interessante, porque o sistema está bem-organizado, qualquer pessoa pode entrar no site.

Resposta à pergunta 4 - Encaminhamento de denúncias

Antônio Albuquerque Neto (MDS) - (...) em relação às abordagens e às metodologias, existe uma concepção que envolve um projeto que foi colocado recentemente de transformar os CRAS em postos de atendimento do Cadastro Único (CADÚnico). O que viraram os CRAS nos últimos anos? Demanda espontânea para cadastramento. Para qual objetivo? O que isso gerou? Houve um estresse, uma sobrecarga na rede, fazendo com que as equipes de referência não conseguissem acompanhar, atender as famílias, ofertar os serviços de forma adequada. Essa questão ainda deve ser melhor trabalhada dentro da estrutura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Resposta à pergunta 5 - Situações prioritárias do Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC)

Antônio Albuquerque Neto (MDS) - O SISC é o Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC). Há também o SINPETI que, também, acompanha as ações estratégicas do trabalho infantil. Contudo, o que tem sido trabalhado, nesse momento, é um diálogo com a secretaria de gestão do Cadastro Único, com a SAGICAD, para poder qualificar o Cadastro Único. Hoje, o Cadastro Único entende o trabalho infantil até os 14 anos, mas onde está a maior concentração do trabalho infantil? Acima de 14 anos! “Só que, Antônio, ah, então é por isso que existe subnotificação do SUAS?” Não, não é só por conta disso! Porque, se a gente pegar hoje os dados do SUAS, do SINAN e do IBGE, também, todos apresentam uma subnotificação grave. No âmbito da Assistência, existe um trabalho que tem de ser retomado e sempre continuado, de compreender o que é o trabalho infantil, para o combate e a desnaturalização dessa situação.

Intervalo

Às 10h22, Katerina encerrou a primeira etapa da manhã do segundo dia do encontro, observando um intervalo de pontuais e rigorosos 15 minutos.

Encaminhando o futuro: Planejamento 2025

Para o planejamento 2025 proposto pela programação do Encontro, a Secretária Executiva do FNPETI, Katerina Volcov, fez a divisão dos grupos no mesmo formato do 1º dia. Contudo, para que houvesse uma maior integração das e dos participantes do evento, a divisão dos grupos permitiu uma formação distinta do grupo do dia anterior.

Perguntas norteadoras

- O que o Fórum Estadual/ Distrital que você representa e/ou participa intenciona realizar em 2025 no aspecto de interiorização das atividades? Há datas e/ ou períodos definidos para as atividades?
- Em vista dos números divulgados pelas últimas pesquisas a respeito do trabalho infantil, na perspectiva de incidência política em seu Estado/ Distrito Federal, quais ações/ iniciativas o seu Fórum Estadual/ Distrital objetiva realizar? Como serão feitas e desenvolvidas estas iniciativas?
- Referente à sensibilização/ conscientização sobre a temática do trabalho infantil, o que o seu Fórum Estadual/ Distrital dispõe-se a desenvolver? Pretende-se realizar ações focadas em territórios e segmentos?
- A partir da Oficina 1 sobre o papel dos fóruns estaduais / distrital, quais ações o seu Fórum Estadual/ Distrital pretende realizar institucionalmente para o fortalecimento da atuação no Estado

Para reflexão da militância do FNPETI

“Na oficina “O papel dos Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil: Desafios e oportunidades”, muito se comentou sobre o regimento interno, institucionalidade e a busca ativa por novos membros para compor os fóruns. Alguns dos fóruns estão menos articulados que outros. É, nesta perspectiva, que as respostas devem ser construídas para que cada fórum presente aqui tenha base para apresentar, na próxima assembleia do Fórum Nacional, em março, um planejamento para 2025. Para tanto, teremos reuniões extraordinárias para que todos os fóruns estaduais apresentem o seu planejamento no próximo ano”.

Katerina Volcov

Quanto à entrega dos apontamentos dos grupos

Foi acordado com os fóruns estaduais que as perguntas norteadoras seriam levadas para reflexão coletiva com os membros locais e seriam entregues na primeira reunião da membresia do FNPETI/ 2025.

Divisão dos grupos

Grupo 1

Santiago Júnior - FOCA - RN

Izildinha Barbosa - FEPETI - MS
Maria Senharinha Ramalho - INPETI – FEPETI-PB
Roberto Guimarães - MTE
Anderson Silva/ Fórum - FEPETIPE
Lais Moura- FETIPAL

Grupo 2

Thalita Silva - INESC - DF
Maria do Socorro Sá – FEPETI-PB
Hélio Franco- FEPETI-PA
Denise Gonzales- FEPETI-RS
Márioze Vilanova- FEPETI- SE
Paula Neves- MTE
Ravena Silva- MDS
João César- TRT 15
Prescila Peçanha- FEAPETI- ES

Grupo 3

Ada Tavares- CMDDCA - PB
Ilana Oliveira- FEPETI-AP
Raimunda da Silva- SEASDH – Campina Grande
Virna Damasceno- INFOCA - RN
Gildete Sodré- FETIPA- BA
Luiz Gonzaga - voluntário e fundador do FNPETI

Grupo 4

Michelli Ferrari – FEPETI-PB
Aline Fagundes - TRT 4
Rita Lemos- FEPETI - PI
Antônio Lima – FEPETI-CE
Marinalva Cardoso Dantas - INPETI e FOCA-RN
Graça Gadelha/ - INPETI

Grupo 5

Maria Luísa Ribeiro - PFDC - DF
Laís de Souza - CMDDCA - PB

Paulineto Sarmento - CMDCA/ FEPETI - PB

Denise dos Santos – FEPETI-PB

Marimar Carvalho – FEPETI-MT

Jean Carlos Santos - PRF

Maria das Graças Silva - CEDECA - PI

Grupo 6

Guema Marques - CMDDCA - PB

Antônio Rosa/ FPETI-- DF

Marielza Gonçalves- FEPETI- MT

Sarah Yared – FEPETI- RR

Ísis Rodrigues – FEPETI-RJ

Antônio Neto- MDS

Maria do Socorro Costa- CMDDCA – PB

Grupo 7

Aline Aguiar- CMDDCA - PB

Anne Caroline Grutner-MS

Mônica Lourenço-AEPETI - PI

Fátima Chammas- MTE e FEPETI-RJ

Erivanusa Carvalho- CMDDCA - PB

Diony Maria Oliveira Soares- MDHC

Regiane Rabelo- Fórum - AM

Grupo 8

Amanda Navarro - CEREST - PR

Humberto Raydan -FEPETIAGO

Marcos Japi - FEPETIMARicardo Gonçalves- FEPETIAGO

Jéssica Firmino- FEPETI- MS

Carmelita Domingues- FEPETI-RR

Viviane Martins- TRT 5 - BA

Boas Práticas em Articulação, Mobilização e Participação²

Para o evento de 30 Anos do Fórum Nacional, houve a realização da I Mostra de Boas Práticas do FNPETI, com o objetivo de que as iniciativas apresentadas pudessem ser replicadas e/ ou servir de inspiração para os demais fóruns.

Para essa atividade, Katerina Volcov fez a introdução, observando que cada boa experiência teria 15 minutos para apresentar a iniciativa

As boas práticas apresentadas trouxeram as experiências de aprendizagem profissional rural, advindas da incidência do FEPETI-RS, a iniciativa de protagonismo infantil juvenil dentro de um fórum estadual, com o comitê de participação de adolescentes do FEPETI-PB e, por fim, a boa prática de regionalização e interiorização do FETIPA-BA.

Para dar início, convidou Denise Brambilla para apresentar a boa prática do Rio Grande do Sul, lembrando que as pessoas que estavam acompanhando o encontro pelo YouTube oficial do FNPETI poderiam enviar perguntas ou comentários pelo chat.do canal.

1. Aprendizagem Profissional Rural - FEPETI/ RS - Projeto Jovem no Campo I e II

Apresentação - Denise Brambilla González (FEPETI/ RS)

Desafio - O projeto nasceu no Fórum Gaúcho de Aprendizagem (FOGAP) e no Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil (FEPETI) do Rio Grande do Sul com a finalidade de erradicar o trabalho infantil na região de Santa Cruz do Sul, no centro do estado, onde a plantação de tabaco era muito forte.

Como - O projeto surgiu em uma plenária do Fórum Gaúcho de Aprendizagem Profissional (FOGAP/RS), tendo sua habilitação feita pelo Instituto Crescer Legal. O projeto oferece cursos como o de gestão rural, que visa à permanência do jovem no campo com aplicação de técnicas agrícolas atualizadas e menos penosas. O ponto alto da boa prática é o fato de usar a aprendizagem rural, realidade dos meninos e meninas, como estratégia de combate ao trabalho infantil. Nessas escolas, eles fazem o ensino médio, o ensino técnico e a aprendizagem profissional num regime de internato por uma semana. Depois, na outra semana, eles vão praticar isso nas suas famílias. A pedagogia da alternância, nasceu na França em 1930 e está sendo muito útil para o jovem do campo.

Resultado: Quatro escolas de família de agricultores estão habilitadas para esse modelo

² Link Youtube para apresentações das Boas Práticas:

[Encontro Nacional de 30 Anos de FNPETI - Tarde 06/12 - Boas práticas \(RS; PB e BA\)](#)

de aprendizagem. São elas: EFASC (Santa Cruz do Sul), a EFA-SERRA (Caxias do Sul), EFA-SOL (Centro do estado e no norte do Rio Grande do Sul) e a EFA-SUL (No sul do Rio Grande do Sul, que trabalha com a comunidade quilombola). Como resultados, o projeto se torna uma alternativa de enfrentar o êxodo rural com a permanência dos jovens na agricultura familiar. A indústria de implementos agrícolas começou a contratar os jovens como aprendizes. A aprendizagem profissional tem, em qualquer âmbito, o objetivo de evitar a evasão escolar. Com o projeto, cerca de 80% dos alunos permanecem no campo.

2. Protagonismo Infanto-Juvenil - Comitê de Participação de Adolescentes FEPETI-PB

Comitê de Participação de Adolescentes do FEPETI-PB

Apresentação - Michelli Ferrari (FEPETI- PB)

Desafio - Em 2012 aconteceu a Caravana Nordeste Contra o Trabalho Infantil, com a participação de 900 adolescentes de escolas públicas e privadas, dos programas PETI e Projovem, oriundos de 19 cidades. A caravana realizou a oficina de Construção Coletiva com a elaboração de uma Carta da Paraíba contra o Trabalho Infantil, envolvendo 66 adolescentes. A audiência com o Governador Ricardo Vieira Coutinho, à época, contou com a participação de adolescentes. A partir da Caravana, foi definido que em todos os seminários e encontros promovidos pelo FEPETI haveria oficina com os (as) adolescentes sobre o tema.

Como - Realização de oficinas em Patos, Monteiro, Picuí, Guarabira, Sousa, Campina Grande e João Pessoa. Em maio de 2015, aconteceu o Seminário Nordeste Contra o Trabalho Infantil e contou com a participação de 14 adolescentes. Em dez/2018, foi realizado o Encontro Estadual de Adolescentes e criada a Comissão Estadual de Adolescentes pelo CEDCA/PB, com a participação do FEPETI/PB. Em 2019, aconteceu o Seminário sobre o trabalho infantil em Campina Grande, com a participação de 51 adolescentes/ jovens com falas sobre a temática

Resultados - Ações de protagonismo jovem como a criação do Comitê de Participação de Adolescentes do FEPETI, em 2024. O CPA do FEPETI-PB é composto por dois adolescentes integrantes das organizações membros do Fórum e um(a) educador(a), com reuniões realizadas mensalmente. Entre as atividades do CPA, estão: Reflexões para o combate de diferentes tipos de trabalho infantil como o trabalho infantil doméstico, o trabalho infantil no campo e o trabalho infantil perigoso. Também são realizadas ações para o dia 18 de maio, dia de combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes e para o 12 de junho. Durante esse ano, foi realizado palestras com juízes sobre o tema de

mendicância, além de projetos com exposições, murais de apresentações, arte de rua e podcasts. Nas reuniões realizadas há oficinas, debates e exposições, sempre abertas a perguntas dos jovens.

Participação de Geraldo Costa (CPA- FEPETI da Paraíba), jovem protagonista.

Ao cumprimentar todos os participantes do encontro, Geraldo Costa afirmou ser uma honra estar representando os adolescentes do FEPETI-PB. Ele inicia sua fala lembrando que, em 2024, foi criado o Comitê de Participação do Adolescente. Explicou como funciona a participação dos jovens nas reuniões do fórum, que acontecem em reunião separada dos membros adultos do FEPETI. Nas reuniões dos jovens, a temática do trabalho infantil é trabalhada por meio de oficinas sobre as mais diferentes formas de trabalho infantil, entre elas: trabalho infantil doméstico, trabalho infantil no campo, trabalho infantil nas ruas, ou seja, o trabalho infantil em suas piores formas. No dia 18 de maio, por exemplo, foram realizados dois seminários, com dois juízes específicos da área. Geraldo citou alguns projetos realizados por jovens, como exposições, murais, arte na rua, projetos, podcasts feitos pelos próprios adolescentes. Essa última parte foi feita em formato de videocast, que inclusive está no YouTube³ do FEPETI-PB. Entre os assuntos tratados estão as medidas socioeducativas e a exploração sexual infantil.

Para ilustrar a importância do Comitê de Participação Jovem do FEPETI-PB para as e os jovens que dele fazem parte, Geraldo trouxe três depoimentos:

“O FEPETI trouxe para mim aprendizado e conhecimento da área do trabalho contínuo, nos induzindo a tratar alguns assuntos postos na mesa, com precisão e seriedade, durante as oficinas, fazendo atividades internas aqui”.

Grazielli, 15 anos

“O FEPETI foi quem me ensinou que criança não deve trabalhar por nenhuma situação difícil. A criança deve estar na escola na maneira do tempo correto. Criança deve brincar e aproveitar enquanto é criança, realmente não deve fazer nada, que não seja com sua vontade”.

Eder, 12 anos.

“Tem sido gratificante ser um membro protagonista do FEPETI. Foi um ano bastante cheio de ideias e protagonismo. A cada reunião, aprendemos mais sobre os tipos de trabalho infantil. Foram feitos cartazes, videocasts e sempre sentimos o protagonismo. Espero que outros adolescentes possam ter experiências como essas”. Geraldo Costa

³ Mais informações site do Youtube FEPETI-PB <https://www.youtube.com/@FEPETIPB>

O jovem protagonista agradeceu mais uma vez, destacando a importância de estar representando os adolescentes da FEPETI-PB, sobretudo, por ter sido escolhido por eles para estar no encontro. Segundo ele, a participação dos adolescentes no CPA do FEPETI-PB é bastante ativa e pode servir de incentivo para outros fóruns que não tenham essa presença, porque, como se diz no CPA: "*Nada para nós sem nós!*".

Geraldo, em sua conclusão, desejou que os participantes do encontro dos 30 anos do FNPETI possam, a cada dia, estar incentivando o protagonismo dos jovens, para que um dia o Brasil não seja apenas conhecido como um país das belas praias, como o país do futebol, mas seja conhecido como um país que tem 100% de aproveitamento nos seus fóruns, que tem 100% de aproveitamento das crianças nas escolas, sem trabalho infantil algum. E agradeceu a todos.

3. Regionalização e Interiorização – FETIPA-BA

Fetipa em Rede: Como as religiões abordam o Trabalho Infantil - 2024

Apresentação - Gildete Sodré - FETIPA-BA

Desafio - O Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho Adolescente da Bahia é um espaço interinstitucional permanente de articulação, comprometido com a erradicação do trabalho infantil e com a proteção e garantia dos direitos do adolescente no trabalho, composto por organismos estatais e não-estatais, públicos e privados, empenhados com essa temática. O público-alvo do projeto são as instituições que realizam ou gostariam de realizar o enfrentamento ao trabalho infantil. Tem como objetivo geral fortalecer as ações de combate ao trabalho infantil junto às religiões e como objetivos específicos: propiciar a troca de experiências no enfrentamento dos desafios relacionados ao combate ao trabalho infantil no território e a identificação de facilidades e dificuldades em relação ao enfrentamento do trabalho infantil junto às diversas religiões, observando as estratégias que utilizam para o devido enfrentamento.

Como - Entre seus papéis e atribuições, o FETIPA-BA tem: o acompanhamento do cumprimento das metas de erradicação do trabalho infantil definidas no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador; a proposição de estratégias de sensibilização com vistas a desconstruir e mudar os padrões simbólico-culturais que naturalizam o trabalho infantil; defender e garantir os direitos fundamentais e humanos de crianças e adolescentes e a proteção contra o trabalho infantil; e, a promoção da participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão e deliberação sobre os seus direitos.

Resultado - O FETIBA tem uma agenda de campanhas durante o ano todo a fim de

mobilizar um maior número de parceiros. O FETIBA optou por trabalhar por território, na perspectiva e lógica da saúde. Desta maneira, a Bahia é dividida em nove macrorregiões. As reuniões nas macrorregiões aconteceram mensalmente, com ações pontuais para cada localidade. Em cada local, há a presença de um dos parceiros do enfrentamento do trabalho infantil, como o Ministério Público, o Ministério do Trabalho e Emprego, o pessoal do juizado da infância. Secretários de saúde e da assistência social são convidados. Os técnicos chegam nas regiões munidos de informações para contra-argumentar com aqueles que não “comungam” com o enfrentamento ao trabalho infantil e com a população que precisa ser esclarecida. Como resultado, o FETIBA consegue observar a diminuição da população infantil em situação de trabalho infantil.

“Como podemos mudar juntos essa realidade? Mobilize a sua rede de contatos, que é importante! O FETIBA trabalha com o WhatsApp, ofício, ligação telefônica para os membros: “Olha, tem reunião, a gente precisa de você!”. Porque todos nós, a maioria do FETIBA, não tem dedicação exclusiva para trabalhar essa temática. Além das nossas atividades habituais, a gente acrescenta mais uma, e nessa perspectiva a gente precisa sempre estar motivando os nossos técnicos para trabalhar na temática”.

Gildete Sodré

Terminadas as apresentações, Katerina agradeceu às expositoras das três boas práticas feitas, abrindo espaço para dúvidas e/ou algum comentário, passando o microfone às pessoas presentes que quisessem participar.

Antônio de Oliveira Lima (FEPETI-CE) pediu a palavra para fazer um comentário. Começou cumprimentando os expositores das boas práticas. Ele direcionou sua fala à Denise Brambilla e compartilhou com os presentes sua ida a Santa Maria (RS) em 2012 para a implantação de um projeto. Naquele período, ele visitou a zona rural onde aconteceu o projeto Jovem do Campo 1. Ele disse saber de todos os custos e os malefícios que a indústria fumageira gera nas questões relacionadas à saúde da população local, que vão do início da plantação até a colheita, por ser uma planta que necessita de muito agrotóxico. Há casos de câncer respiratório. Esse cenário ainda permanece na saúde de adultos e das crianças?

Para Denise Brambilla González (FEPETI-RS), o trabalho infantil rural não tem o mesmo perfil do trabalho infantil urbano, mas o projeto não conseguiu erradicar totalmente o trabalho infantil rural nessa zona de plantio do tabaco, nem nos outros plantios. Há uma luta continua porque o trabalho infantil continua.

Thalita de Oliveira Silva (INESC-DF) pediu a palavra para perguntar sobre o processo de participação dos adolescentes. Segundo ela, no INESC é feita formação com adolescentes

de escolas públicas, formação política em direitos humanos e orçamento. Por essa razão, ela queria entender como funciona, como os adolescentes participam em um momento diferente, no mesmo dia da assembleia. “Como funcionam as propostas, como vocês apoiam as propostas dos adolescentes? E como isso dialoga com a proposta da assembleia dos adultos? Por que, se vocês estão propondo coisas e pensando ações no âmbito da assembleia, como isso dialoga com o que os adolescentes propõem? Em que momento isso é combinado também com os meninos e com as meninas? Ela gostaria de entender um pouco como funciona, visto que são momentos em separado.

Quanto ao funcionamento do CPA do FEPETI-PB, Michelli Ferrari (FEPETI/ PB) respondeu que os adolescentes que fazem parte do comitê são designados por instituições que compõem a rede paraibana. Chamado a usar a palavra, o jovem protagonista, Geraldo Costa (Comitê de Participação do FEPETI da Paraíba), avaliou que a fala da Michelli, foi boa no sentido de explicar que, por ser o primeiro ano, muito do que está sendo feito servirá de base para os próximos anos e para o trabalho do Comitê.

A secretária executiva do FNPETI, Katerina Volcov, pediu a palavra para fazer um exercício de entendimento junto aos demais participantes. Para ela, o que o fórum da Paraíba está fazendo é oportunizar o ensino de direitos, de apresentar o ECA e apresentar o que um jovem tem direito, visto que isso não é ensinado nas escolas, nem nas universidades. Desse modo, trata-se de um espaço em que está sendo possibilitada a aprendizagem dos direitos para que eles mesmos, por eles mesmos, possam falar a respeito dos seus próprios direitos a partir do que eles apreenderam com o conhecimento. Então, é uma participação e uma quase educomunicação acontecendo ao mesmo tempo. E encerrou essa etapa da programação, finalizando a transmissão pelo YouTube do FNPETI para dar início as apresentações das boas práticas finalistas.

1a Mostra Boas Práticas em Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção a Adolescentes no Trabalho

O FNPETI lançou a mostra competitiva de boas práticas e as iniciativas finalistas foram apresentadas durante o Encontro Nacional de 30 anos.

Participaram da **1a Mostra de Boas Práticas em Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção a Adolescentes no Trabalho** experiências exitosas e inovadoras implementadas por Fóruns de todo o Brasil e, após uma análise criteriosa conduzida pela Comissão de Avaliação, composta por cinco representantes de três

instituições públicas independentes, foram definidas três finalistas de cada categoria/linha temática, conforme o Edital divulgado pelo FNPETI.

Dando sequência à programação do Encontro Nacional dos 30 Anos do FNPETI, Katerina Volcov iniciou parabenizando o FETIPA-BA pelo seu trabalho e pelas iniciativas de **Interiorização e regionalização das iniciativas de prevenção e erradicação do trabalho infantil**, categoria em que não houve finalistas na 1ª. Mostra, pois a única inscrição não atendia ao critério de ser uma iniciativa de Fórum Estadual. Porém, a Comissão de Avaliação decidiu premiar o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho Adolescente da Bahia pela iniciativa da boa prática: Interiorização: Regionalização e Interiorização (FETIPA/BA).

“É muito significativo que, ao celebrarmos os 30 anos do FNPETI, possamos reconhecer algumas das experiências inscritas. No entanto, é essencial reforçar que todas são dignas de celebração, pois são iniciativas que transformam vidas em seus territórios. Espero que, com o tempo, essa premiação amplie o alcance da troca de experiências entre os fóruns e instituições que compartilham a missão de erradicar o trabalho infantil no Brasil”.

Katerina Volcov

Na sequência, deu-se início a 1ª Mostra, propriamente dita, e para a apresentação, cada fórum teria cinco minutos de apresentação.

Finalistas

Foram finalistas por categoria/linha temática, tendo seus trabalhos sido apresentados durante o Encontro 30 anos FNPETI:

1. Ações inter e intrasetoriais de prevenção e erradicação do trabalho infantil:

- FEAPETI-ES: Projeto Feira Livre de Trabalho Infantil;
- FEPETI-CE: Capacita – “Cumprimento Alternativo da Cota de Aprendizagem Profissional”;
- FEPETI-PB: “A construção coletiva do fluxo de enfrentamento ao trabalho infantil em João Pessoa”.

2. Educação, comunicação e informação em prevenção e erradicação do trabalho infantil:

- FEPETI-CE: Rede Peteca – “Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho Infantil”;

- FEPETI-PB: “Curso sobre enfrentamento ao trabalho infantil na política municipal de educação”;
- FEPETI-PE: Cinedebate – “Servidão”.

3. Denúncias de trabalho infantil, fiscalização e monitoramento:

- FEPETI-AM: “Diagnóstico situacional do trabalho infantil no Amazonas (2017-2022)”.
- FEPETI-PB: “Desdobramentos das denúncias de trabalho infantil em João Pessoa”;
- FEPETI-PR: “Qualificação das investigações de acidentes de trabalho envolvendo adolescentes”.

4. Mobilização, participação e controle social:

- FEPETI-CE: “Comitês de Adolescentes pela Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil”;
- FEPETI-PE: “XI Marcha Contra o Trabalho Infantil”;
- FETIPA-BA: “Seminário Inter-Religioso sobre o enfrentamento do trabalho infantil”.

Premiação

1. Linha temática: Ações inter e intrasetoriais de prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Vencedor: Projeto Feira Livre de Trabalho Infantil (FEAPETI/Espírito Santo)

Iniciado em 2021, o projeto é coordenado pela Superintendência Regional do Trabalho do Espírito Santo (SRT) e conta com a parceria do Fórum Estadual de Aprendizagem, Proteção ao Adolescente Trabalhador e Erradicação do Trabalho Infantil (FEAPETI), que envolve agentes do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região, Ministério Público do Trabalho, Polícia Civil, Secretarias Municipais e Estaduais, além de entidades de formação profissional e sociedade civil.

Desafio - Reduzir de forma sustentável o trabalho infantil nas feiras livres do Espírito Santo, afastando crianças e adolescentes do trabalho proibido e direcionando-os para políticas públicas adequadas.

2. Linha temática: Educação, comunicação e informação em prevenção e erradicação do trabalho infantil.

Vencedor: Curso de “Enfrentamento ao trabalho infantil pela política municipal de educação: uma experiência de formação dos trabalhadores da educação acerca do trabalho infantil”. (FEPETI/ Paraíba).

O curso “O enfrentamento ao trabalho infantil pela política municipal de educação” consistiu em uma ação de formação via extensão universitária, voltada a profissionais que atuam na política municipal de educação de João Pessoa. Sua realização nasce de uma parceria entre

o FEPETI/PB, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de João Pessoa (SEDEC-JP) e o Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência, da UFPB (NUPEDIA/UFPB).

Desafio - Contribuir com a formação de profissionais da política de educação municipal que atuam na educação básica, na escola pública, para o enfrentamento ao trabalho infantil.

3. Linha temática: Denúncias de trabalho infantil, fiscalização e monitoramento.

Vencedor: Diagnóstico situacional referente ao trabalho infantil no estado do Amazonas: um panorama dos últimos seis anos (2017 a 2022) (FEPETI/ Amazonas).

O trabalho infantil é uma grave violação dos direitos humanos e dos direitos e princípios fundamentais no trabalho, representando uma antítese do trabalho decente.

Desafio - Este trabalho apresenta o diagnóstico situacional referente ao trabalho infantil nos municípios do estado do Amazonas, no período de 2017 a 2022, com o intuito de fornecer subsídios para a formatação de indicadores epidemiológicos, com vistas ao planejamento, implantação e fortalecimento de políticas públicas para a prevenção e erradicação do agravo.

4. Linha temática: Mobilização, participação e controle social.

Vencedor: XI Marcha Contra o Trabalho Infantil (FEPETI/ Pernambuco)

A XI Marcha Contra o Trabalho Infantil reafirma o compromisso social com a erradicação dessa prática que perpetua ciclos de pobreza e desigualdade. Organizada pelo Fórum Estadual em parceria com conselhos de direitos e outras instituições, a marcha busca mobilizar a sociedade, sensibilizar a opinião pública e influenciar políticas públicas. Ao ocupar as ruas do centro da capital, a iniciativa combina ação coletiva e visibilidade midiática para fortalecer a luta pelos direitos das crianças e adolescentes.

Desafio - Entre os desafios da marcha estavam: a sensibilização da sociedade sobre a gravidade do trabalho infantil e suas consequências para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, a mobilização das instituições, militantes e a sociedade civil em prol da erradicação do trabalho infantil, a promoção da reflexão crítica sobre os determinantes sociais e históricos que mantêm essa prática, como desigualdades de classe, raça e gênero, e o reforço do compromisso das autoridades públicas com a implementação de políticas efetivas de enfrentamento ao trabalho infantil.

Avaliação do Encontro Nacional

Para a Secretária Executiva do FNPETI, Katerina Volcov, um dos desafios pontuados e observados é a sucessão das coordenações estaduais dos fóruns estaduais, sobretudo, por serem em sua grande maioria, compostas por coordenação colegiada com eleição a cada dois anos.

Katerina ressaltou que os fóruns são, também, espaços de aprendizagem e de formação de novas lideranças. Para ela, as eleições dos colegiados deveriam ser uma oportunidade de criação de novas lideranças. Para ela, o formato atual parece contraditório, uma vez que, mesmo havendo eleição, a cada dois anos, não parece haver a renovação dos quadros dos fóruns.

Encerramento

Katerina Volcov traduziu o sentimento de quem organiza um evento como o Encontro Nacional 30 Anos do FNPETI é de que tenha sido muito proveitoso para cada pessoa presente nos dois dias de trabalho. E abriu a fala para quem quisesse usar a palavra. Contudo, antes pediu que as e os presentes, como feito no final do dia anterior, colocassem em um *post-it* o que foi bom e o que pode ser melhorado neste Encontro Nacional.

Primeira a fazer uso da palavra, Maria América Ungaretti Diniz (FEPETI/ RJ) começou sua fala cumprimentando a todos, deixando claro o quanto o encontro foi importante para ela. Agradeceu a Eliane Araque, a quem chamou de sua companheira de anos, e seguiu se dizendo extremamente satisfeita de ver que não conhecia grande parte das pessoas presentes. Para ela, isso era positivo, por ter 45 anos de militância nessa área, pelo Unicef. Não conhecer as pessoas significa algo muito positivo para a renovação do FNPETI. Ela disse que foi do INPETI (Instituto Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil), e do FEPETI-RJ, por carinho e por afeto. E quis cumprimentá-los e agradecer a todos a continuação dessa caminhada, “porque eu estou indo embora”.

Segundo ela, esse encontro é sua última reunião do INPETI. “É a minha última reunião pelo Rio de Janeiro, enquanto Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil”. Sua área de atuação é a violência sexual contra crianças e adolescentes. Afirmou que continuará trabalhando na questão do abuso, da exploração sexual e da desigualdade social, mas apenas pelo CEDECA-RJ, da qual é presidente e pelo FEPETI-RJ. Então, parabenizou a todos e desejou que um dia todos possam estar no Rio de Janeiro com a equipe do Rio.

A presidenta do INPETI, Maria Senharinha Ramalho, iniciou sua fala deixando claro que sua presidência no INFETI é provisória, por isso, afirmou ela, o que Maria América trouxe

sobre a existência de tantos novos membros nos fóruns estaduais é tão importante. A reversão dos quadros da luta pode impactar toda a luta contra o trabalho infantil. Deixou claro que, também, terá de sair em algum momento. Que está em sua segunda gestão do Instituto e fez uma convocação para aqueles que quisessem se associar ao INPETI, reforçando a importância da participação de toda a membresia do Fórum Nacional em todas as instâncias para o combate ao trabalho infantil. Agradeceu, imensamente, ao trabalho feito por Maria América Ungaretti Diniz, por Marinalva Cardoso Dantas, Eliane Araque dos Santos e Graça Gadelha, que fazem parte do INPETI. E finalizou agradecendo a todos.

Um dos representantes da Rede de Jovens do FNPETI, Apolo Erlantz, fez uma confissão. Quando a Rede foi convidada para o encontro, eles tinham a missão de se apresentar para a membresia do fórum. A Rede existe há seis anos e havia a necessidade do encontro. Saudou e agradeceu a cada pessoa que trabalha, incansavelmente, nos seus estados, nos seus municípios, pelo combate ao trabalho infantil. Como jovem, seguiu, é muito importante ter como referência cada um dos presentes e excluir a ideia de que o jovem não sabe do que está falando. A Rede resiste porque todos temos muita garra. Agradeceu a Katerina e a cada um dos presentes que os ouviu nos dois dias de encontro.

Em sua fala de encerramento, a secretária executiva do FNPETI pediu uma salva de palmas para a equipe do Fórum, pois sem elas seria impossível realizar um Encontro Nacional. “Para estarmos aqui, foi um trabalho de equipe grande. Foram alguns meses de planejamento, que vêm acontecendo desde o ano passado”.

Katerina agradeceu a disposição, a paciência e a tolerância de cada pessoa presente no encontro. Mais uma vez, agradeceu a todas as secretárias e secretários que a antecederam no cargo. Reconheceu o trabalho de Vicente Paulo da Silva, de Soleny Hamú e de Isa de Oliveira. “Sem eles, o FNPETI não celebraria 30 anos”. Fez uma reverência especial à Isa Oliveira, que ficou 20 anos à frente da Secretária Executiva do FNPETI e finalizou o encontro desejando uma boa viagem e um bom retorno para aqueles/as que voltam para os seus estados.

Brasília, dias 05 e 06 de dezembro de 2024.

Encontro Nacional dos 30 anos do FNPETI